



Carolina Prates Dias Leite

O papel do edifício na reestruturação de uma área urbana

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura,
orientada pela Prof.^a Doutora Cláudia Monteiro

2023



Carolina Prates Dias Leite

O papel do edifício na reestruturação de uma área urbana

Dissertação defendida em prova pública na Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto, no dia 14/11/2023, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 371/2023 de outubro de 2023, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Cândido Almeida D'Eça Ramalho

Arguente: Prof. Doutor Vitor Manuel Araújo de Oliveira;

Orientadora: Prof.^a Doutora Ana Cláudia Pereira Monteiro.

2023

Agradecimentos

À minha família por todo amor e inesgotável apoio;

*à professora Cláudia Monteiro, pela disponibilidade e parceria, e pelos sábios e acertados
conselhos, sem os quais não seria possível alcançar este resultado;*

*a todos os colegas e docentes que partilharam desta jornada comigo e contribuíram para o meu
crescimento pessoal e académico;*

*a todos os amigos pelo companheirismo, em especial àqueles que mesmo de longe sempre estiveram
presentes;*

e ao meu companheiro e melhor amigo, que esteve ao meu lado durante os cinco anos de curso.

Resumo

Este estudo relaciona-se com o trabalho académico final realizado na Unidade Curricular de Projeto V, do Mestrado Integrado em Arquitetura, o qual consiste numa Residência de Estudantes na Escarpa dos Guindais, na zona das Fontainhas, na cidade do Porto (Projeto V).

O presente trabalho desenvolve-se em torno da relação entre o edifício e sua envolvente, com o objetivo de perceber o seu papel na reestruturação urbana. Entende-se que as cidades se desenvolvem em ciclos de crescimento, estagnação e declínio, relacionados, entre outros fatores, com decisões urbanas com um impacto mais ou menos benéfico na sua estrutura física, e com consequências para a vitalidade urbana dos espaços públicos. Nessa direção, a presente dissertação procurou compreender os fatores históricos e morfológicos que influenciaram o processo de desenvolvimento e o atual declínio urbano das Fontainhas, a fim de fundamentar a reflexão acerca do potencial do Projeto V na reestruturação desta área urbana.

Olhando para a reestruturação urbana como um conjunto de ações que resultam numa melhoria na estrutura física e no uso social do espaço urbano, entre outras dimensões não abordadas no âmbito desta dissertação, analisa-se dois casos de estudos na cidade do Porto de modo a compreender o seu impacto real na recuperação da sua envolvente urbana. Por fim, analisa-se o Projeto V, relacionando as opções estruturais da proposta com os aspetos fundamentais retirados da análise histórica e morfológica das Fontainhas, e com os casos de estudo. O objetivo fundamental é identificar qual poderia vir a ser o contributo do edifício da Residência de Estudantes, do ponto de vista da forma urbana e do uso do espaço público, de modo a finalmente poder concluir sobre o seu papel como elemento de reestruturação urbana da área das Fontainhas.

Palavras-chave: Reestruturação urbana, Espaço público, Análise histórico-morfológica, Fontainhas.

Abstract

This study relates to the final academic exercise carried out in the Curricular Unit Project V, of the Integrated Master's in Architecture, which consists of a Student Residence in Escarpa dos Guindais, in Fontainhas, in the city of Porto (Project V).

The present dissertation is developed around the relationship between the building and its urban environment, with the aim of understanding its role in urban revitalization. It is considered that cities tend to be developed in cycles of growth, stagnation, and decline, related, among other factors, to urban decisions with both positive and negative impact on the physical structure and on the vitality of public spaces. Following this idea, the present dissertation seeks to understand the historical and morphological factors that have influenced the development process and the current urban decline of Fontainhas. The aim is to support reflection on the role that Project V can play in revitalizing this urban area.

In this context, urban revitalization is understood as a set of actions that can improve the physical form and the social use of urban spaces. Two case studies in the city of Porto are analysed, to understand their impact on the regeneration of its urban environments. To conclude, Project V is assessed. The structural options of the proposal are analysed in relation to both, the fundamental aspects of the historico-morphological analysis of Fontainhas, and with the two case studies. The main objective is to understand how Student Residence's building could be a contribution to the improvement of physical form and of social use of public spaces, to finally conclude on its potential role as an element of Fontainhas' urban revitalization.

Keywords: Urban revitalization, Public space, Historico-morphological analysis, Fontainhas.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Índice de figuras.....	viii

Capítulo 1. Introdução	1
-------------------------------------	----------

Capítulo 2. Análise das transformações do Passeio das Fontainhas e sua envolvente ...	5
--	----------

2.1. Análise histórica e morfológica	6
2.2. Análise crítica	22

Capítulo 3. Análise do edifício e sua relação urbana	28
---	-----------

3.1. Grelha de análise	29
3.2. Análise dos casos de estudo.....	31
3.2.1. Passeio dos Clérigos	33
<i>Enquadramento</i>	33
<i>Implantação</i>	35
<i>Cotas</i>	38
<i>Programa</i>	38
<i>Espaços exteriores</i>	39
3.2.2. Estação de Metro da Trindade	41
<i>Enquadramento</i>	41
<i>Implantação</i>	42
<i>Programa</i>	45
<i>Cotas</i>	45
<i>Espaços exteriores</i>	46
3.3. Síntese dos casos de estudo	48

Capítulo 4. Projeto V.....	50
-----------------------------------	-----------

4.1. Análise do Projeto V.....	51
<i>Enquadramento</i>	51

<i>Programa</i>	52
<i>Implantação</i>	53
<i>Cotas</i>	56
<i>Espaços exteriores</i>	57
4.2. Síntese do Projeto V	63
Capítulo 5. Considerações finais	65
Referências bibliográficas	68
Anexos	70

Índice de figuras

Figura 1. Imagem aérea com delimitação da área de estudo e terreno do Projeto V	6
Figura 2. Detalhe da Planta Redonda de George Balck, 1813	9
Figura 3. Planta do Projeto de arruamento no Bairro da Sé, 1883	12
Figura 4. Detalhe da Planta Topográfica da Cidade do Porto, Teles Ferreira, 1892	13
Figura 5. Vista da Cidade do Porto, desde a Torre da Marca até às Fontainhas. Reprodução de Gravura (excerto), Manuel Marques de Aguiar, 1791	14
Figura 6. Vista da Cidade do Porto, desde a Torre da Marca até às Fontainhas. Reprodução de Gravura, Manuel Marques de Aguiar, 1791	14
Figura 7. Detalhe da Planta da cidade do Porto, 1960	16
Figura 8. Planta da cidade do Porto, 1997	18
Figura 9. Planta da cidade do Porto, 2021	20
Figura 10. Passeio Público das Fontainhas	21
Figura 11. Plano do Passeio Público no sítio das Fontainhas, 1815	21
Figura 12. Plano que mostra (...) os terrenos compreendidos entre a lingueta da Rua do Sol e a Escada dos Guindais (...), 1839	21
Figura 13. Projeto de alargamento de rua, entre o largo e o Passeio das Fontainhas, 1917	21
Figura 14. Desabamento da pedreira e prédios dos Guindais, 1879	21
Figura 15. Guindais, desabamento, 1879	21
Figura 16. Projeto do prolongamento da Rua Duque de Loulé, planta de expropriações, 1965	21
Figura 17. Projeto do prolongamento da Rua Duque de Loulé, planta de urbanização, 1965	21
Figura 18. Fotografia do Viaduto Duque de Loulé, vista sul	24
Figura 19. Fotografia do Viaduto Duque de Loulé, vista norte	24
Figura 20. Fotografia do Passeio das Fontainhas interrompido, vista poente	25
Figura 21. Fotografia do Passeio das Fontainhas interrompido, vista nascente	25

Figura 22. Fotografia do Miradouro das Fontainhas e a Ponte do Infante	26
Figura 23. Imagem aérea da Baixa do Porto	32
Figura 24. Imagem do Mercado do Anjo pela Rua das Carmelitas	33
Figura 25. Mercado do Anjo e Torre dos Clérigos	33
Figura 26. Imagem aérea do Clérigos Shopping	34
Figura 27. Imagem da escadaria do Clérigos Shopping	35
Figura 28. Planta do Piso 1 do Passeio dos Clérigos	36
Figura 29. Planta do Piso 0 do Passeio dos Clérigos	37
Figura 30. Planta da Cobertura do Passeio dos Clérigos	37
Figura 31. Corte longitudinal do Passeio dos Clérigos	39
Figura 32. Fotografia da rua comercial do Passeio dos Clérigos	40
Figura 33. Fotografia da cobertura do Passeio dos Clérigos	40
Figura 34. Imagem da fachada da antiga Estação Ferroviária da Trindade	41
Figura 35. Imagem da antiga bomba de gasolina	41
Figura 36. Planta do Metro da Trindade	43
Figura 37. Imagem aérea do Metro da Trindade com esquema dos espaços exteriores	44
Figura 38. Imagem aérea do Metro da Trindade com trajetos	44
Figura 39. Fotografia da praça da Estação da Trindade	47
Figura 40. Fotografia da cobertura da Estação da Trindade	47
Figura 41. Planta de Implantação do Projeto V com a divisão programática	53
Figura 42. Planta de Implantação do Projeto V com muros existentes	54
Figura 43. Plantas esquemáticas do programa do Projeto V	55
Figura 44. Alçado Sul do Projeto V	57
Figura 45. Corte transversal do Projeto V	57
Figura 46. Planta esquemática dos espaços exteriores do Projeto V	59

Figura 47. Fotografia da maquete com esquema	60
Figura 48. Fotografia do Miradouro das Virtudes	60
Figura 49. Fotografia da Esplanada das Virtudes	61
Figura 50. Fotografia do Miradouro do Jardim do Morro	61
Figura 51. Fotografia do Miradouro do Jardim do Morro	62

Capítulo 1

Introdução

O presente trabalho aborda o tema da relação entre o edifício e seu espaço na cidade, procurando identificar o papel que uma edificação pode ter na reestruturação de uma área urbana. Esta dissertação relaciona-se com o trabalho académico final da Unidade Curricular de Projeto V, do Mestrado Integrado em Arquitetura.

A partir da compreensão de que a cidade se forma de modo cíclico, com decisões urbanas que contribuem positiva ou negativamente para o seu desenvolvimento, vê-se necessário analisar os acontecimentos que marcaram a história e a morfologia do lugar.

Considera-se que o desenvolvimento urbano é um conjunto de processos, planeados ou não, onde todas as decisões e acontecimentos moldam a forma física das cidades e afetam a qualidade de vida das pessoas e o uso social do espaço urbano (Oliveira, 2016). Os processos de desenvolvimento urbano configuram, numa análise temporal, momentos cíclicos de prosperidade, estagnação e declínio, que se relacionam com questões económicas, sociais e ambientais (Conzen 2022 [1969]); Whitehand, 2013 [2001]).

Desse modo, interessa-nos identificar soluções que contribuíram para a reestruturação da sua área urbana, sendo, portanto, um elemento benéfico para a cidade e seus utilizadores. Define-se reestruturação urbana como um *“processo abrangente e integrado que busca a resolução dos problemas urbanos, a fim de trazer uma melhoria duradoura nas condições económicas, físicas, sociais e ambientais de uma área que tem sido sujeita a mudanças”* (Roberts & Sykes, 2000, p. 17, tradução livre da autora). No contexto desta dissertação, aborda-se fundamentalmente a componente da forma física associada ao uso social do espaço público urbano, relacionada com melhorias que resultam de alterações no sistema de ruas e espaços públicos, e edificado. Importa refletir desde o modo como o edifício se relaciona com a malha urbana pré-existente e soluciona questões morfológicas da envolvente, até ao uso social do espaço público que a intervenção pode potenciar e, consequentemente, seu impacto positivo para a cidade.

Assim, o presente trabalho visa perceber a relação da arquitetura com a sua envolvente, a partir de uma visão histórica e morfológica, tendo como objetivo principal identificar o papel que o Projeto V – uma Residência de Estudantes na Escarpa dos Guindais na zona das Fontainhas, na cidade do Porto - pode ter no processo de reestruturação da sua área urbana.

Método de trabalho e estrutura da dissertação

Com intuito de fundamentar a reflexão proposta neste primeiro capítulo, o Capítulo 2 desenvolve, primeiramente, uma análise histórica e morfológica da área urbana, a fim de perceber o seu processo de formação, identificando a evolução e o estado atual das componentes que a definiram. Para isso, demarcou-se uma área de estudo, com um limite alargado desde a Ponte Luís I até à Alameda das Fontainhas, de modo a perceber a envolvente urbana do Projeto V, e definiu-se um período temporal de análise, da segunda metade do século XVIII até à atualidade (Secção 2.1).

A partir dessa análise histórica e morfológica, desenvolveu-se uma reflexão crítica com foco no uso social do espaço urbano (Secção 2.2). Apoiada na experiência empírica da autora acerca dos acontecimentos mais significativos para a cidade previamente identificados, essa análise visa observar o seu impacto atual na área de estudo. Essa análise, mais aproximada e particular, pretende fundamentar a reflexão proposta neste trabalho, relacionando-a mais especificamente com o terreno do Projeto V.

No seguimento destas análises, escolheu-se dois casos de estudo que consideramos terem atingido seu papel como elemento reestruturante de uma área urbana e que são desenvolvidos no Capítulo 3. As obras escolhidas – Passeio dos Clérigos e Estação de Metro da Trindade - localizam-se no Porto, e ambas tiveram uma influência determinante para redefinir seu espaço urbano, apresentando soluções distintas, mas também pontos em comum, entre si e com o Projeto V.

Para analisar os casos de estudo, definiu-se uma grelha de análise comum, relacionada com o Capítulo 2. O critério para a escolha dos tópicos foi definido a partir da junção das principais observações identificadas na análise histórica e morfológica e de elementos considerado essenciais para a compreensão de um projeto de arquitetura. A grelha consiste em cinco pontos de análise: enquadramento, implantação, cotas, programa e espaços exteriores (Secção 3.1).

Com base nesses cinco tópicos, analisa-se os casos de estudo, com apoio de desenhos, fotografias e experiência empírica do autor (Secção 3.2). Em seguida, apresenta-se uma síntese dos dois projetos, comparando-os entre si, a partir dos pontos da grelha de análise. Essa síntese identifica as diferentes abordagens de cada projeto, assim como seus pontos em comum, pretendendo concluir sobre o impacto que tiveram em suas áreas urbanas (Secção 3.3).

No Capítulo 4 analisa-se o Projeto V a partir da grelha de análise definida anteriormente, com a finalidade de perceber a relação do edifício com o terreno e sua envolvente urbana (Secção 4.1). Definiu-se quatro frentes distintas da envolvente, relacionadas com a análise histórica e morfológica, para enquadrar o projeto e suas soluções, de modo coerente com as informações retiradas do Capítulo 2. De seguida faz-se uma síntese do Projeto V, relacionando-o com os casos de estudo e com o que se concluiu da sua análise (Secção 4.2).

Finalmente, conclui-se procurando identificar o papel que o edifício proposto na disciplina de Projeto V poderia ter para a definição dos espaços urbanos envolventes e para a reestruturação do Passeio das Fontainhas (Capítulo 5).

Capítulo 2

Análise das transformações do Passeio das Fontainhas e sua envolvente

2.1. Análise histórica e morfológica

Para fundamentar a reflexão proposta neste trabalho, considerou-se essencial realizar uma análise histórica e morfológica que permita perceber a importância dos elementos que marcam e caracterizam o espaço estudado. A presente secção pretende identificar as decisões e os acontecimentos históricos que culminaram em transformações espaciais e definiram a área das Fontainhas e sua envolvente. Desse modo, o trabalho desenvolve uma breve contextualização histórica e apresenta os planos urbanos propostos para a área de estudo, desde a segunda metade do século XVIII até à contemporaneidade.

A seleção territorial (Figura 1) e temporal permitiu desenvolver uma pesquisa histórica do lugar, a partir de bibliografia auxiliar apoiada em peças desenhadas. Selecionou-se cinco plantas da cidade do Porto¹, nas quais as alterações eram mais significativas, assim como planos urbanos relevantes para fundamentar a análise. Com essa investigação, fez-se uma seleção dos acontecimentos mais relevantes dentro da área de estudo e do período em análise, sintetizada, no fim, com uma linha do tempo.



Figura 1. Imagem área com delimitação da área de estudo e terreno de Projeto V (Fonte: Google Earth)

Legenda

-  área de estudo
-  terreno de Projeto V

¹ Plantas de 1813, 1892, 1960, 1997 e 2021 (figuras 2, 4, 7, 8 e 9).

No século XVII, a cidade do Porto ainda apresentava um caráter urbano e rural, contido, quase na totalidade, dentro da Muralha Fernandina do século XIV. A partir da segunda metade do século XVIII, é notório um crescimento demográfico que resultou numa expansão para além da muralha, exterior ao núcleo primitivo portuense. Tal avanço urbano marcou a ocupação oriental da cidade e exigiu adaptações espaciais que respondessem às necessidades do crescimento populacional. Nesse contexto, em 1763, é criada a Junta das Obras Públicas do Porto, por João de Almada, com o intuito de promover políticas de desenvolvimento urbano. Relativamente à área intramuros, pretendia-se uma melhor articulação entre o rio e a zona alta da cidade, enquanto, extramuros, procurou-se regularizar os bairros formados pela expansão desordenada. O programa procurava melhorar o espaço público e a circulação interna, a partir do trabalho de três frentes importantes: a demolição, em parte, da muralha; a construção de equipamentos públicos; e o melhoramento de ruas, estradas e caminhos junto às saídas da cidade. Nessa conjuntura, o período em questão promoveu uma considerável produção arquitetónica e urbanística na cidade do Porto (Alves, 1988). A seguir, o trabalho apresenta, cronologicamente, os projetos mais relevantes dentro da área de estudo, para analisar as suas motivações, assim como, as suas implicações urbanas. Estas alterações são ainda identificadas (por pontos) nas plantas da cidade do Porto selecionadas, correspondentes ao período histórico em análise (excertos das plantas de 1813, 1892, 1960, 1997 e 2021).

Entre os anos de 1767 e 1769, reformou-se a Porta do Sol, considerada até então a entrada nascente da cidade pelo traçado da atual Rua do Sol, assim como o acesso aos Guindais e Fontainhas (Figura 2, ponto 1). A porta separava o Largo de Santa Clara e o Largo da Polícia, ambos espaços de convergência de caminhos locais de grande importância para o funcionamento da cidade; relação que se destacou quando vários espaços funcionais se transferiram para o exterior da muralha, tal como, os aloques e pelames² que se instalaram nas Fontainhas. A Porta do Sol reforçava esse acesso à nova área de expansão da cidade.

Em setembro de 1769, a Alameda das Fontainhas foi aberta ao público e configurou-se como um espaço urbano de grande importância social durante o final do século XVIII (Figura 2, ponto 2). Nesse período, a Alameda era primordialmente utilizada com finalidade de retirada de água da Fonte das Fontainhas e secagem das roupas lavadas no tanque. Esse retrato social aponta para a importância das Fontainhas como elemento de utilização coletiva e

² Em 1766, os aloques e pelames do Porto foram transferidos para a encosta das Fontainhas, por ser um sítio arejado, com diversos mananciais, e afastado do centro populacional.

espaço fundamental para a organização social da sua envolvente (Pacheco, 2019).

Em 1785, deu-se a construção da Rua de Santo António, atualmente Rua 31 de Janeiro, (Figura 2, ponto 3) e três anos depois, a destruição progressiva das muralhas, para inserção de novos arruamentos, praças e edifícios. O derrubamento das muralhas permitiu que a Junta das Obras Públicas expandisse o seu empreendimento a regiões extramuros que estariam esquecidas, de forma a reformar e inserir esses espaços na cidade, como por exemplo a Praça da Batalha e o Largo Santo Ildefonso, ambos importantes espaços de convívio para os habitantes (Figura 2, ponto 4). Nos terrenos liberados pela demolição da muralha construiu-se importantes edifícios para a cidade, a exemplo do Teatro São João (Figura 2, ponto 5) e do Quartel da Batalha. Em 1790, também como consequência das obras nas muralhas, foi redesenhada a zona compreendida entre a Porta do Sol e a Rua de Santo António, atualmente Rua 31 de Janeiro (Figura 2, ponto 6), que correspondia a um vazio (Alves, 1988).

Em sequência desses projetos urbanos, realizou-se um conjunto de novas obras no sentido da expansão oriental da cidade, impulsionadas pela construção do novo Matadouro em 1797 (Figura 2, ponto 7), que direciona ao novo desenho da Alameda das Fontainhas, projetada como remate nascente e continuidade de outros espaços públicos. Desta maneira, entre finais do século XVIII e princípios do século XIX desenvolveu-se um miradouro sobre o Rio Douro, um espaço urbano e de lazer, que reforçava a relação da cidade que crescia à cota alta.

Assim, em 1800, já sob a administração de Francisco de Almada, as obras públicas continuaram com maior destaque na zona oriental da cidade. Entre os anos de 1801 e 1808 a Alameda das Fontainhas é reformulada (Figuras 10 e 11), com construção em pedra e, conforme a descrição de Ferreira Alves, permanecia com grande importância social para os moradores: *“Com uma fonte, tanques para lavar roupa e árvores dispostas simetricamente, formaria, a partir dos primeiros anos o século XIX, um local de passeio para os portuenses”* (Alves, 1988, p. 158). Apesar de construída nos finais do século XVIII, a Alameda das Fontainhas só foi então embelezada no início do século XIX, quando se tornou um espaço de predileção pelas suas vistas sobre o Rio Douro, dando lugar ao Passeio Público das Fontainhas. A vista é considerada tão importante para a cidade na época que, em 1813, a Câmara proíbe a construção de casas abaixo da Alameda.

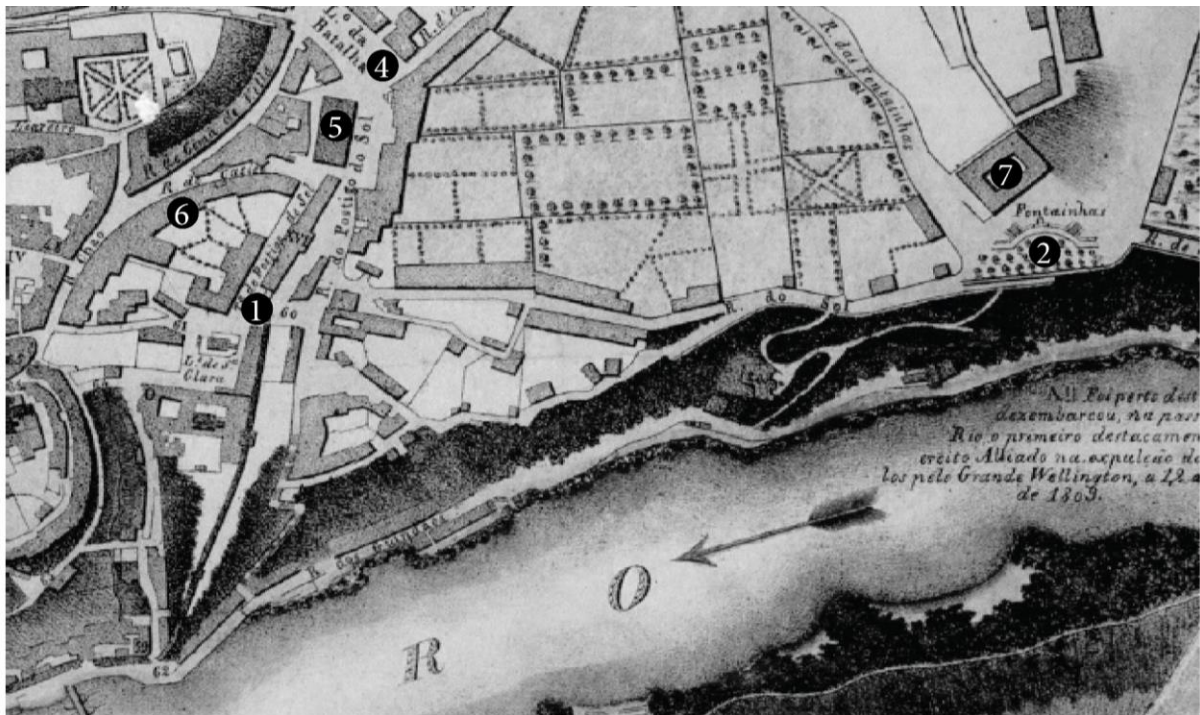


Figura 2. Detalhe da Planta Redonda de George Balck, 1813 (Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Legenda

- ① Porta do Sol
- ② Alameda das Fontainhas
- ③ Rua de Santo António (atualmente Rua 31 de Janeiro)
- ④ Praça da Batalha
- ⑤ Teatro de São João
- ⑥ Zona compreendida entre a Porta do Sol e a Rua de Santo António (atualmente Rua 31 de Janeiro)
- ⑦ Matadouro

O século XIX é marcado pela ascensão da burguesia e dos pensamentos liberais, refletidos na política, economia, comércio, sociedade e, inclusive, no urbanismo e na arquitetura. A exemplo disso, os passeios públicos foram um dos símbolos urbanos da burguesia europeia. Dessa forma, as Fontainhas receberam, nesse período histórico, esta classe social como usuária do espaço. Em virtude disso, durante esse século, a zona das Fontainhas sofreu várias alterações espaciais, como a transferência do Matadouro para o Carvalhido, em 1840, e a inserção de inúmeras habitações, além da implantação da fábrica de cerâmica do Carvalhinho (Figura 4, ponto 2) e a já referida melhoria do Passeio Público das Fontainhas.

O Passeio das Fontainhas dava-se pela continuidade do Largo da Polícia em direção a nascente, com propósito de passeio público e miradouro sobre o rio (Figura 12 e Figura 4, ponto 1). Esse espaço caracterizava-se por uma fileira de árvores alinhadas que sombreavam uma grande zona com uma fonte e tanques para lavar a roupa. Relativamente ao Passeio Público das Fontainhas, reforçamos que era então um espaço público de exceção na cidade, encerrado³ em relação à rua que se estendia para nascente (Figura 10), acima da cota da linha férrea, elemento de continuação do Passeio das Fontainhas e espaço integrador dessa nova área urbana a nascente (Figura 11).

O desenvolvimento da área nascente da cidade durante o século XIX impulsionou o início de construções habitacionais nas Fontainhas, diferentes das quintas que dominaram essa zona por vários séculos, com caráter rural e agrícola (Figura 4, ponto 3). A expansão para fora das muralhas provocou, como visto anteriormente, a urbanização de núcleos periféricos, e as construções habitacionais foram consequência dessa expansão. As habitações iniciais seguiam uma arquitetura similar entre si, no novo estilo burguês. Geralmente, as casas prolongavam-se por jardins, pomares, ou hortas nas traseiras, com um máximo de três andares, inseridas em parcelas de cinco a seis metros de largura. Além das casas burguesas, existiam, também, habitações mais modestas, constituídas apenas por um piso. Assim como as outras casas, também possuíam duas frentes e pequenos espaços verdes nos fundos, já as janelas tinham medidas menores que as anteriormente descritas e ocupavam quase toda a fachada (Ferreira, 2018).

Para além da expansão urbana para as cotas altas e exterior às muralhas, o século XIX marcou, também, o desenvolvimento da indústria na cidade do Porto. Em 1852 a cidade

³ Por um período durante o século XIX, o Passeio Público das Fontainhas esteve encerrado por grades, à semelhança do Passeio Público de S. Lázaro (atual Jardim de S. Lázaro).

contava com mais de 490 fábricas. Resultante desse crescimento industrial, regista-se o aumento de famílias rurais à procura de trabalho operário e são essas famílias que vêm habitar os bairros operários denominados “ilhas”. As ilhas consistem em um conjunto de casas de frente única e alinhadas, com um piso junto a um pequeno passeio (Figura 4, ponto 4). As habitações partilhavam uma casa de banho e suas áreas não ultrapassavam 16m², com apenas dois vãos: uma janela e a porta de entrada. As ilhas encontravam-se junto a áreas não urbanizadas e próximas de fábricas, normalmente não tinham abastecimento de água ou canalização. Relativamente às Fontainhas, com a implantação da Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho, criaram-se ilhas em torno das instalações para alojar os operários, como a Ilha Vila Maior, a Ilha do Cantarino, a ilha 50, a Ilha Olímpia e a Ilha Maria Vitorino (Ferreira, 2018).

Paralelamente ao crescimento habitacional da área de estudo, as reformas urbanas continuaram. Em 1875, procedeu-se à demolição da Porta do Sol, indicando o planeamento da nova Ponte Luís I em 1881 (Figura 4, pontos 5 e 6). A construção dessa infraestrutura confirmou o novo pensamento urbano do Porto na segunda metade do século XIX, com a transição do tráfego para a cota alta da cidade, separando-o dos afazeres portuários junto às margens do Rio Douro. Em 31 de outubro de 1886 é oficialmente inaugurada a nova ponte.

Em virtude do desenvolvimento da parte oriental da cidade, as obras públicas seguiram conforme as necessidades urbanas. Em 1875, aprova-se o projeto para a abertura da atual Rua Alexandre Herculano, antiga Rua Nova da Batalha, que promoveu uma relação direta com o Passeio Público das Fontainhas (Figura 4, pontos 7 e 8). O plano consistia em um arruamento de 18 metros, que ligasse a Praça da Batalha às Fontainhas, dois espaços-públicos relevantes para a cidade do Porto.

Dentre os projetos de novos arruamentos, foi proposto, em 1883, uma nova rua entre o início da Ponte Luís I e o Largo da Polícia, em continuidade ao Passeio das Fontainhas, visando promover um acesso para a área de expansão oriental da cidade. Conforme indicado na planta do “Projeto de arruamentos no Bairro da Sé” (Figura 3), deduz-se que essa ligação pretendia tornar o Passeio das Fontainhas o principal acesso nascente do Porto. O projeto previa a demolição do troço existente da Muralha Fernandina e, entretanto, não foi realizado.



Figura 3. Planta do Projeto de arruamentos no Bairro da Sé, 1883 (Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Em continuidade às obras urbanas na zona oriental da cidade, entre os anos de 1886 e 1887, demoliu-se a capela de Santo António de Penedo, implantada no Largo de Santa Clara (atualmente Largo 1º de Dezembro) para abertura da Rua Saraiva de Carvalho (figura 4, ponto 9). Já em 1891, dentre as significativas transformações operadas na Escarpa dos Guindais, a construção do elevador⁴ corrobora a nova forma urbana de pensar, no seguimento da necessidade de se vencer o declive entre a zona ribeirinha e a zona mais elevada, onde se concentrava a maior ocupação populacional do Porto (Figura 4, ponto 10).

⁴ Em 1893, ocorreu um acidente com o carro principal que se dirigia em direção ao tabuleiro inferior da Ponte Luís I, causando o encerramento prematuro do elevador.

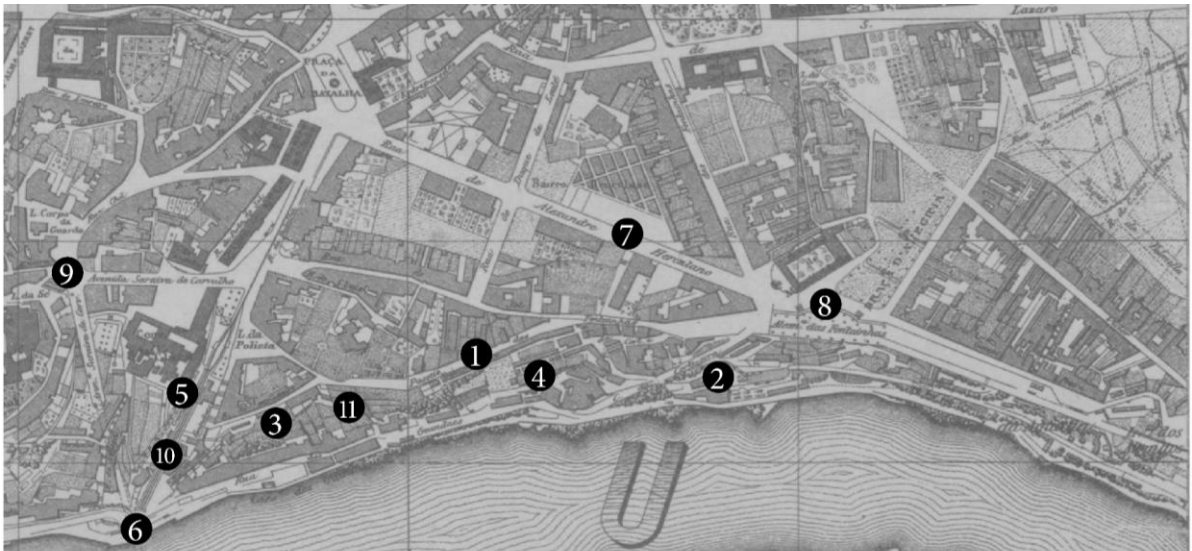


Figura 4. Detalhe da Planta Topográfica da Cidade do Porto, Teles Ferreira, 1892 (Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Legenda

- ① Passeio das Fontainhas
- ② Fábrica de cerâmica do Carvalhinho
- ③ Habitações burguesas
- ④ Ilhas
- ⑤ Demolição da Porta do Sol
- ⑥ Ponte Luís I
- ⑦ Rua Nova da Batalha (atual Rua Alexandre de Herculano)
- ⑧ Passeio Público das Fontainhas
- ⑨ Rua Saraiva de Carvalho
- ⑩ Elevador dos Guindais
- ⑪ Contenção da escarpa

Relativamente a esse terreno da encosta, em 1879, ocorreu um grande desmoronamento de terra, seguido de um incêndio em larga escala (Figura 14), que resultou no desabamento do Passeio das Fontainhas (Figura 15). Embora o Passeio tenha sido reconstruído, a preocupação com os movimentos de terras na escarpa sempre exigiu o estudo de um sistema construtivo que controlasse o solo.

A gravura de 1791, de Manuel Marques de Aguiar (Figura 5), indica que o controle da Escarpa dos Guindais era feito por um conjunto de muros e plataformas a diferentes cotas que funcionavam como hortas e jardins (Figura 4, ponto 11). A planta de 1892 também indica a presença dessas plataformas em vários níveis com o intuito de melhor ocupar o íngreme terreno (Figura 4, ponto 11).

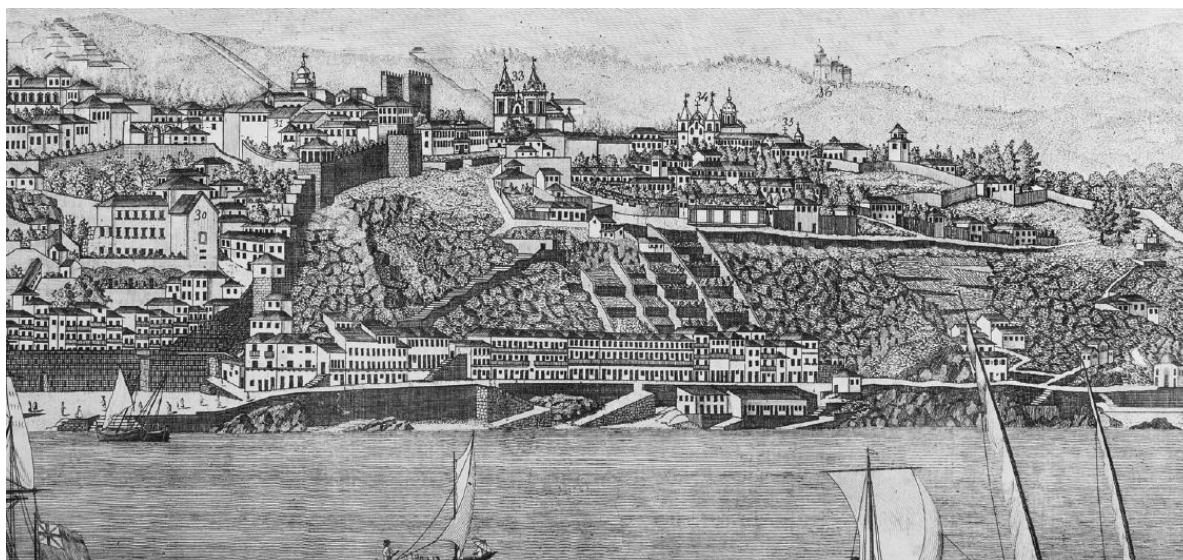


Figura 5. Vista da Cidade do Porto, desde a Torre da Marca até às Fontainhas. Reprodução de Gravura (excerto), Manuel Marques de Aguiar, 1791. (Fonte: Arquivo Municipal do Porto)



Figura 6. Vista da Cidade do Porto, desde a Torre da Marca até às Fontainhas. Reprodução de Gravura, Manuel Marques de Aguiar, 1791. (Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Já no início do século XX, em 1917, foi aprovado o projeto de alargamento da rua, entre o Largo da Polícia (atual Largo Actor Dias) e o Passeio das Fontainhas (Figura 13 e figura 7, ponto 1). Essa alteração concedeu ao Passeio das Fontainhas uma escala urbana com condições para se impor como marginal à cota alta da cidade e contribuiu para a intenção de torná-la acesso privilegiado à área nascente do Porto.

Ainda nesse século, outro projeto de arruamento foi efetivado, na sequência da construção da Ponte Luís I. *“A inauguração da Ponte Luís I, em 1886, possibilitou pela primeira vez o atravessamento do rio Douro a cota alta da cidade. A nova ligação entre Vila Nova de Gaia e o centro urbano do Porto era, porém, dificultada pelas construções que então envolviam a Sé Catedral, impedindo um acesso directo desde a entrada da ponte até à Praça da Liberdade. No entanto, os estudos para uma nova avenida arrastaram-se mais de meio século. Esta passagem torna-se, assim, tão urgente que, no início da década de 50, a Avenida da Ponte é rasgada sem que, entretanto, existisse um projecto aprovado, que definisse o tratamento a dar às zonas marginais da nova artéria e aos respectivos remates. Cria-se um problema. Quase durante outro meio século a cidade tentará, em vão, resolvê-lo.”* (Cunha, 2001, p. 57). Assim, em 1950 é realizada a abertura da Avenida da Ponte, ligando a Ponte Luís I à Praça da Liberdade no centro do Porto (Figura 7, ponto 2).

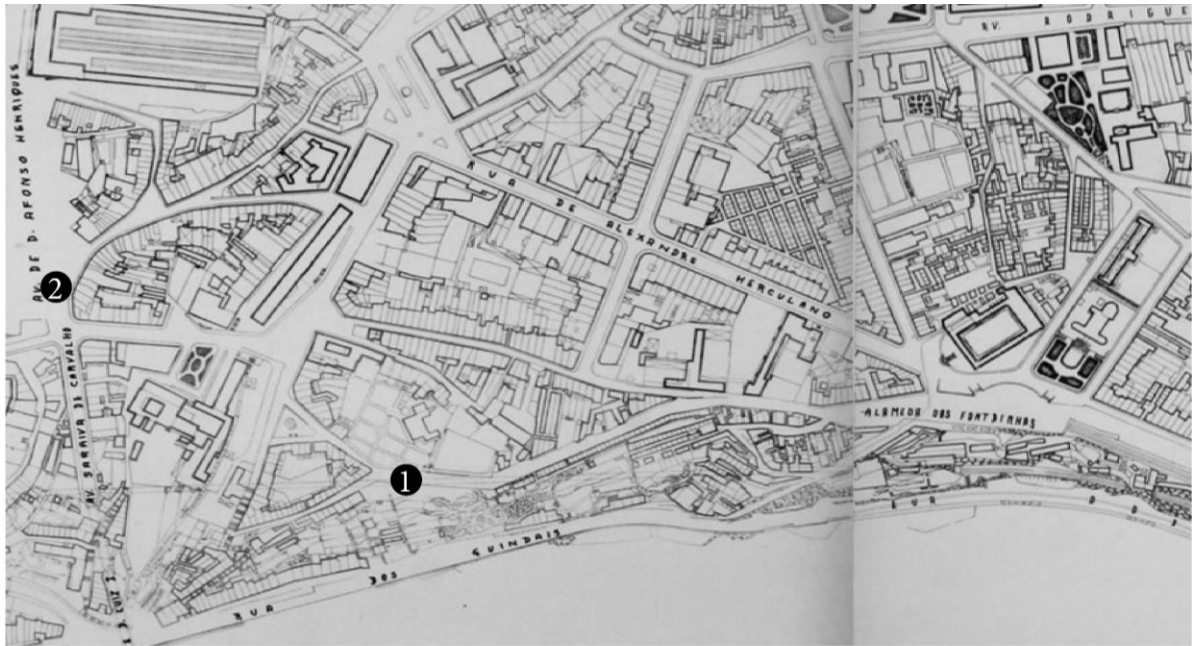


Figura 7. Detalhe da Planta da cidade do Porto, 1960 (Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Legenda

- ① Alargamento de rua, entre o Largo da Polícia (atual Largo Actor Dias) e o Passeio das Fontainhas
- ② Avenida da Ponte

Em seguimento às novas propostas viárias, em 1965 é apresentado o projeto para o “Prolongamento da Rua do Duque de Loulé”, visto como elemento de ligação nascente-poente, entre a Rua Saraiva de Carvalho e a Rua Duque de Loulé (Figura 8, ponto 1). Esta proposta do plano Auzelle de 1962 visava garantir condições adequadas de circulação, proporcionando o acesso à zona oriental da cidade, assim como à “gare rodoviária do Sul” (Terminal Rodoviário das Camélias). O texto retirado da 2ª revisão do PDM do Porto de 2018, comprova a intenção do plano Auzelle em favorecer o automóvel e suas vias de ligação, apoiado por um esquema de rodovias essenciais de acesso à cidade. Nesse contexto, os acessos à Ponte Luís I são garantidos através da Avenida da Ponte e do futuro Viaduto Duque de Loulé.

“Robert Auzelle (1962) - Plano Diretor da Cidade do Porto.

Este Plano foi o instrumento urbanístico que mais marcou a cidade no século XX. (...)

O primeiro Plano Diretor da cidade do Porto elaborado por Auzelle sistematiza e organiza o trabalho iniciado por Almeida Garrett tendo como perspectivas a modernização da cidade e a construção baseadas num regime apoiado por um esquema de vias rodoviárias funcionais. (...)

O Plano Diretor dá particular ênfase às vias de comunicação e às entradas da cidade: o porto de Leixões, o aeroporto de Pedras Rubras (atual Francisco Sá Carneiro), os acessos à ponte Luís I (avenida da ponte e viaduto de Duque de Loulé), a ponte da Arrábida (então em construção), uma nova ponte em Campanhã (a futura ponte do Freixo) e às vias de penetração a norte e a nascente da cidade. (...)” (CMP, 2018a, p. 25).

A intenção do Plano Auzelle era estabelecer uma via de desvio do tráfego para nascente, utilizando o tabuleiro superior da Ponte Luís I e a atual Rua Saraiva de Carvalho. A nova via liga-se à rua do Duque de Loulé contornando, a sul e nascente, o quarteirão limitado a norte pela rua de S. Luís.

A nova infraestrutura consiste num arco de 120 metros de extensão, implantado 3 metros acima do terreno natural. Sua construção faz-se por uma laje de betão armado com apoios distanciados 7,5 metros entre si. Dentre os 16 metros de largura, 10 são para a faixa de rodagem e o restante destina-se a passeios em consola com 3 metros de cada lado (Júnior, 2016, p. 34). Para concretizar a construção do novo viaduto, o projeto foi responsável por demolições de uma zona habitacional consolidada (Figura 16). Desse modo, o programa contava, em uma segunda fase, com a construção de edifícios comerciais e de serviços, com

o intuito de aliviar esse rasgo e rematar o viaduto ao tecido urbano existente (Figura 17). Entretanto, apenas foi efetuada a primeira fase do projeto, a construção do viaduto e as demolições previstas. A falta de um programa concreto para as restantes áreas vazias culminou em uma precariedade de soluções urbanísticas permanentes para esse sítio. Atualmente, a maioria do terreno é utilizado como estacionamento público, com acesso por uma rampa a poente, paralela ao viaduto.



Figura 8. Planta da cidade do Porto, 1997 (Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Legenda

- ① Viaduto Duque de Loulé

Conforme retratado anteriormente, a preocupação com o controle de terras na Escarpa dos Guindais sempre esteve em evidência, desde antes do acidente natural ocorrido no século XIX (Figuras 14 e 15). Entretanto, entre os anos de 1947 e 1997, foram registados vários episódios de instabilidade no terreno, como queda de blocos e deslizamentos de terras (Rosa *et al.*, 2015; LNEC, 2011). Devido ao alto risco gerado pelos recorrentes acidentes, em 2001 a Câmara do Porto interveio no terreno. Após uma sequência de estudos nos muros de suporte do Passeio das Fontainhas e a conclusão sobre a sua instabilidade, decidiu-se pelo encerramento da ligação com o Largo da Polícia, de maneira a impedir o acesso pedonal, e

automóvel, ao Passeio das Fontainhas (Figura 9, ponto 1).

Portugal foi alvo de grandes obras e infraestruturas na década de 90 e no início do novo milénio. No Porto, o investimento na construção do Metro marcou uma decisão urbana significativa na área de estudo. Com o projeto de utilização da Ponte Luís I para a nova infraestrutura de transporte público, viu-se necessária a construção de uma nova via entre Vila Nova de Gaia e o Porto, para redirecionar o trânsito de automóveis. Dessa maneira, em 2003 inaugura-se a nova Ponte do Infante, no fim do Passeio das Fontainhas e a poente do Passeio Público das Fontainhas, atual Miradouro (Figura 9, ponto 2). Nesse contexto de investimentos, no plano de reabilitação urbana do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura – projetou-se, também, a reconstrução do já referido Funicular dos Guindais. Inaugurado em 2004, o novo funicular (Figura 9, ponto 3) foi projetado pelo arquiteto Adalberto Dias.

Por fim, o estado atual do Passeio das Fontainhas e sua envolvente levou a Câmara Municipal do Porto a propor a realização de um Plano de Pormenor, e a desenvolver um Estudo Urbanístico no âmbito do novo Plano Diretor Municipal de 2021, para a frente urbana da Rua de General Sousa Dias (Duque de Loulé). Foram propostas duas intervenções, para a área compreendida entre a escarpa e o viaduto, com intervenções sobretudo paisagísticas e de acessos pedonais e viários (PDMP, 2021). Dentre a base programática definida para o Plano de Pormenor, realçam-se os seguintes pontos:

“— Consolidar a frente urbana a norte do viaduto Duque de Loulé (rua do General

Sousa Dias) através de capacitação construtiva dos terrenos expectantes;

— Requalificar o passeio das Fontainhas, repondo a extensão demolida aquando das obras de consolidação da escarpa;

— Qualificar os espaços sob o viaduto atribuindo novas funções e permitindo a permeabilidade entre a parte norte e sul, potenciadora de circuitos pedonais e, de um modo mais alargado, dos modos de mobilidade suave;

— Criar novos espaços verdes de uso público;

— Requalificar a rua de S. Luís e a rua do Sol, ligando os dois arruamentos;

— Promover a reabilitação do conjunto do edificado existente, considerando os valores patrimoniais em presença caracterizadores da identidade local”. (CMP, 2018b,

p. 8)

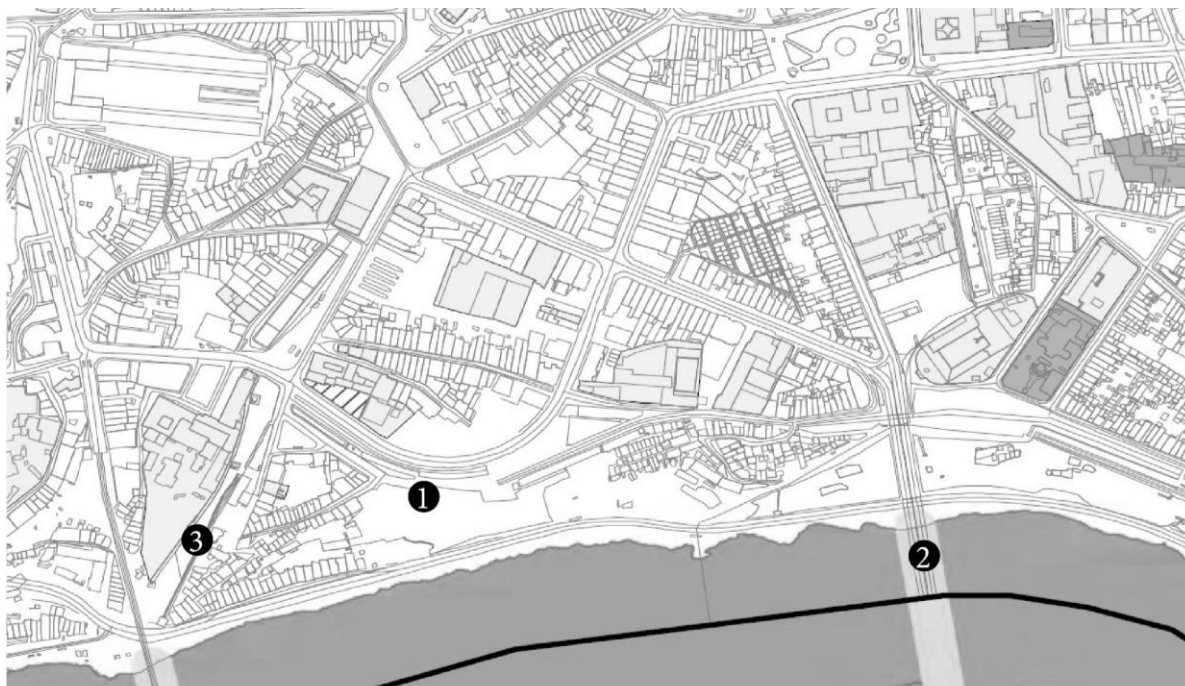


Figura 9. Planta da cidade do Porto, 2021 (Fonte: PDMP, 2021)

Legenda

- ❶ Encerramento da ligação do Passeio das Fontainhas com o Largo da Polícia
- ❷ Ponte do Infante
- ❸ Funicular dos Guindais

A presente secção apresentou o contexto histórico da área de estudo, assim como os planos urbanos propostos para o Passeio das Fontainhas e sua envolvente. Dessa maneira, como elemento de síntese desses pontos e dos acontecimentos considerados mais significativos para o desenvolvimento urbano da área de estudo no contexto desta dissertação, o trabalho desenvolveu uma linha do tempo, acompanhada de elementos gráficos (Tabela 1).

Tabela 1: Linha do tempo cronológica (Séculos XVIII - XIX)



Figura 10. Passeio Público das Fontainhas

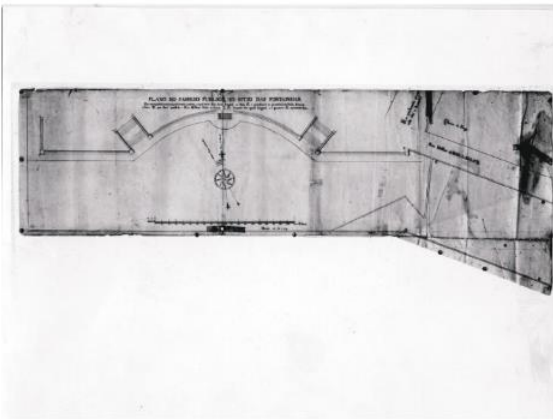


Figura 11. Plano do Passeio Público no sítio das Fontainhas, 1815

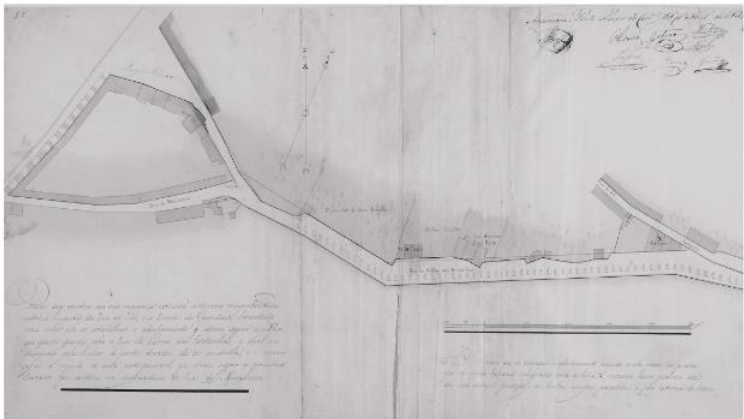


Figura 12. Plano que mostra (...) os terrenos compreendidos entre a lingueta da Rua do Sol e a Escada dos Guindais (...), 1839

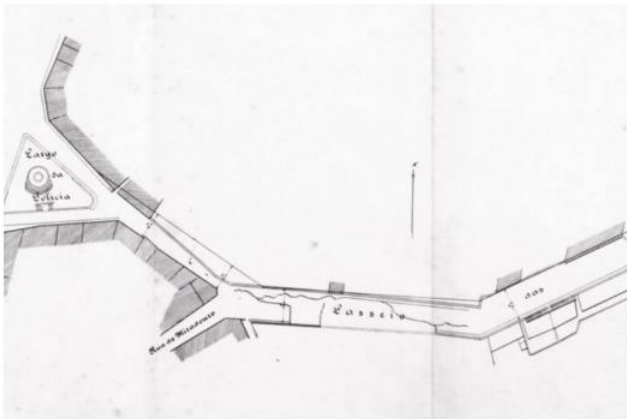


Figura 13. Projeto de alargamento de rua, entre o largo e o Passeio das Fontainhas, 1917

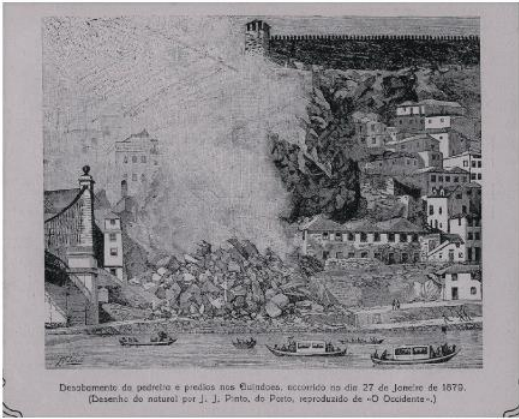
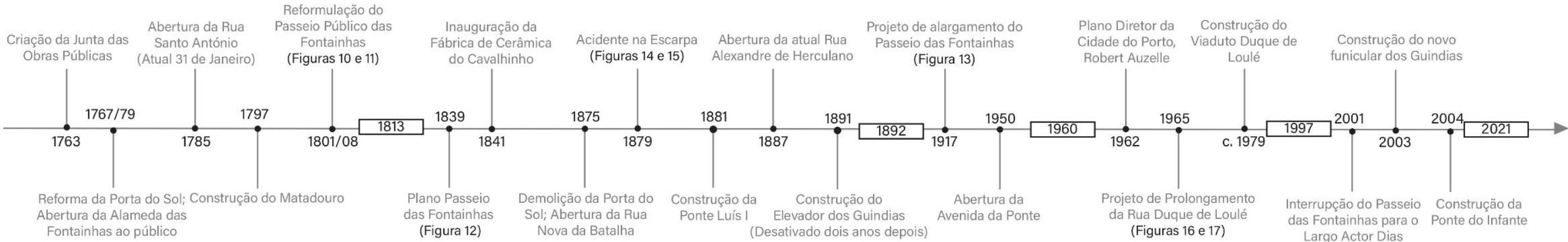


Figura 14. Desabamento da pedra e prédios dos Guindais, 1879

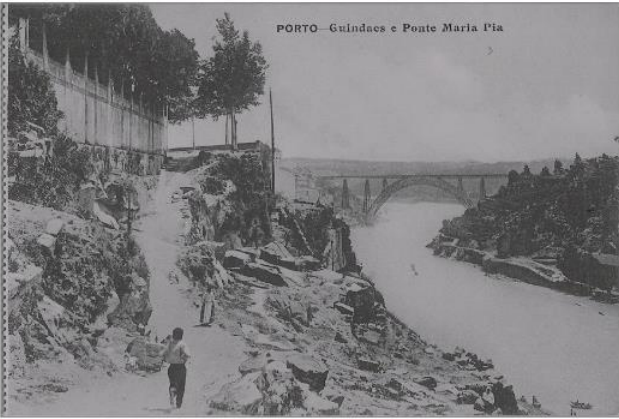


Figura 15. Guindais, desabamento, 1879



Figura 16. Projecto de prolongamento da Rua de Duque de Loulé, planta de expropriações, 1965



Figura 17. Projecto de prolongamento da Rua de Duque de Loulé, planta de urbanização, 1965

PLANTAS - figuras 2, 4, 7, 8 e 9 (No corpo do texto).
Nota: Fonte das imagens, Arquivo Municipal do Porto

2.2. Análise crítica

Conforme descrito na secção anterior, a zona das Fontainhas e a sua envolvente sofreram, desde o século XVIII, significativas transformações espaciais que caracterizam a sua paisagem urbana. Consoante à análise histórica e morfológica desenvolvida, foi intenção do trabalho apresentar a evolução e o estado atual das componentes que definiram a área de estudo. Desse modo, percebe-se que a Alameda das Fontainhas (atual Miradouro das Fontainhas) e o Passeio das Fontainhas foram, durante os séculos XVIII e XIX, espaços públicos de uso funcional e de lazer. Entretanto, uma sequência de intervenções, a partir do século XX, contribuiu para a descaracterização dessa área e resultou em alterações no uso e na forma do espaço como se conhecia antes. Aquilo que já foi um local de convívio, agora é uma área sem uma clara função, como uma lembrança na história de um espaço de grande importância social. Nesse contexto, a presente secção desenvolve, uma análise crítica acerca dos elementos que contribuíram para a descaracterização do Passeio das Fontainhas e sua envolvente. Apoiada na experiência empírica da autora procura-se observar o estado atual da área de estudo, numa análise mais aproximada ao terreno do Projeto V.

Os séculos XVIII e XIX marcaram a ascensão da zona das Fontainhas, desde a Junta das Obras Públicas⁵, o espaço ganhou destaque urbano com a expansão populacional para além da muralha Fernandina. Algumas intervenções desse período comprovam a intenção de tornar as Fontainhas um importante acesso da cidade para nascente e um remate urbano a sul⁶. A abertura ao público da Alameda das Fontainhas também reforça a importância que essa área ganhava na sociedade portuense durante o final do século XVIII e, principalmente, durante o século XIX quando foi transformada no Passeio Público das Fontainhas. A importância do uso e da função urbana do espaço era evidente, inicialmente com propósito de retirada de água e secagem de roupas e, posteriormente, como espaço de lazer e passeio, além de miradouro. A relevância coletiva das Fontainhas para o Porto e seus habitantes tem uma importância histórica, claramente definida pelo seu espaço e pelo seu uso perante a sociedade.

A reformulação da Alameda das Fontainhas durante o século XIX aproximou a classe burguesa dessa zona e resultou em transformações espaciais, como a transferência do Matadouro e o desenvolvimento habitacional. A presença da burguesia culminou na definição

⁵ Em funcionamento entre os anos de 1763 e 1834.

⁶ Nomeadamente, a reforma da Porta do Sol (1767), a construção do novo Matadouro (1797), a abertura da Rua Nova da Batalha (1875) e o projeto de alargamento de rua entre o Largo da Polícia e o Passeio das Fontainhas (1917).

das Fontainhas como um dos espaços de predileção da sociedade, dotando o espaço de um caráter mais de habitação e lazer, diferente da linguagem rural vista antes. Desse modo, percebe-se que a área das Fontainhas se desenvolvia consoante a necessidade social e as formas urbanas propostas. Entretanto, identifica-se, a partir da segunda metade do século XX, intervenções que introduziram ruturas significativas na forma urbana, com consequências negativas e alterações no uso social deste espaço público de referência para a cidade.

A proposta de construção do viaduto como prolongamento da Rua Duque de Loulé, em 1965, é a primeira decisão urbana definitiva para a descaracterização do Passeio Fontainhas e sua envolvente. Destaca-se, primeiramente, a demolição de uma zona urbana consolidada e característica da cidade do Porto para a construção da nova via. A área compreendida entre o Passeio das Fontainhas e a Rua do Sol era ocupada por habitações e área verde e parte dela foi demolida em 1979. Além disso, as dimensões da nova infraestrutura não correspondiam às formas urbanas envolventes, desse modo o seu comprimento e sua altura em relação ao terreno, tornam-no desproporcional para o lugar (Figura 18). O viaduto encontra-se, portanto, deslocado e sem um claro vínculo à sua malha urbana, com um impacto negativo quer ao nível da forma urbana quer ao nível do uso social do espaço público.

A problemática da sua construção torna-se mais evidente sem a continuidade da segunda fase do projeto.⁷ O programa pretendia aliviar o impacto da nova construção e ocupar o vazio com edifícios que se relacionassem com o tecido urbano existente. Entretanto, apenas a construção do viaduto e as demolições tiveram seguimento, resultando em uma peça solta e deslocada na cidade, sem um desenho urbano que a justifique ou a insira na envolvente. Dessa maneira, o vazio adjacente ao viaduto fica sem uma clara forma e função, abrigando, atualmente, um parque de estacionamento (Figura 19). A perda do uso social é claramente um ponto de rutura com a história das Fontainhas.

⁷ O programa contava com a construção de edifícios comerciais e de serviços, conforme o Projeto de Prolongamento da Rua Duque de Loulé de 1965 (Figura 17).



Figura 18. Fotografia do Viaduto Duque de Loulé, vista norte (Fonte: Autor)



Figura 19. Fotografia do Viaduto Duque de Loulé, vista sul (Fonte: Autor)

Para além do viaduto, em decorrência às instabilidades na Escarpa dos Guindais e aos recorrentes acidentes naturais, a interrupção do Passeio das Fontainhas contribui para a descaracterização do espaço, uma vez que encerra a leitura de continuidade nascente-poente da rua. Como referido anteriormente, alguns projetos urbanos dos séculos anteriores tencionavam definir o Passeio das Fontainhas como uma importante via de ligação oriental da cidade, entretanto esse significativo carácter é interrompido. Nota-se que a quebra de ligação entre o atual Miradouro e o Largo Actor Dias influenciou o estado de abandono do

Passeio das Fontainhas, uma vez que impede tanto o acesso pedonal como de veículos (Figura 20). Dessa maneira, o espaço interrompido, hoje, é ocupado por parque de estacionamento público e já não acomoda qualquer uso social, de modo a prejudicar o uso da Rua do Miradouro e do Largo Actor Dias, pois isola esta área ao criar um obstáculo à passagem. (Figura 21).



Figura 20. Fotografia do Passeio das Fontainhas interrompido, vista poente (Fonte: Autor)



Figura 21. Fotografia do Passeio das Fontainhas interrompido, vista nascente (Fonte: Autor)

Se a abertura do novo Elevador dos Guindais, em 2003, contribuiu positivamente para a caracterização desta área, em 2004 uma nova rutura no Passeio das Fontainhas foi estabelecida com a construção da Ponte do Infante, a qual descaracteriza a ligação entre o fim do Passeio das Fontainhas e o atual Miradouro. A infraestrutura também contribuiu para a descaracterização do Passeio e afastou o Miradouro do resto da cidade (Figura 22). O espaço urbano da Alameda das Fontainhas, que se desenvolveu no século XIX e ganhou destaque entre a sociedade portuense como uma área de lazer e convívio, hoje já não tem o mesmo uso social recorrente e encontra-se desconectado da cidade.

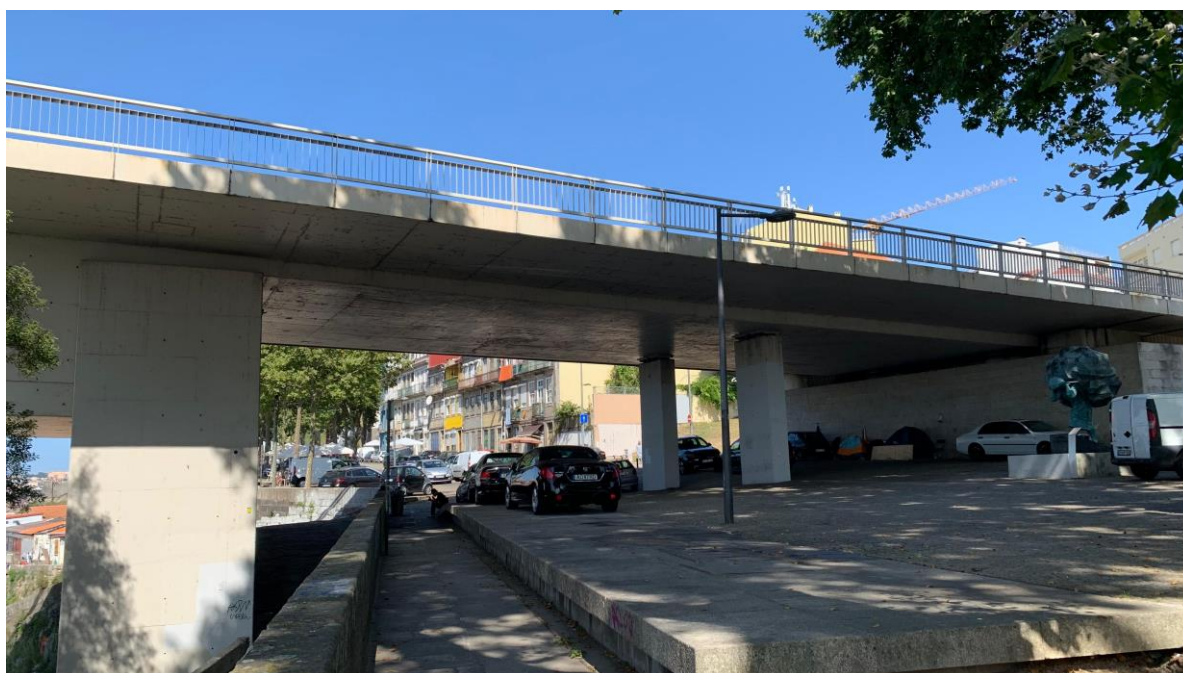


Figura 22. Fotografia do Miradouro das Fontainhas e a Ponte do Infante (Fonte: Autor)

A exemplo disso, certas medidas públicas mais atuais contribuíram para o abandono do uso social da Alameda e Miradouro das Fontainhas, como, por exemplo, a retirada da tradicional Feira da Vandoma. Criada por jovens estudantes nos anos 1970, a feira era voltada para a venda de livros e roupas usadas, e com o tempo ganhou maior relevância até se consagrar como uma das feiras mais populares do Porto (de frequência semanal, aos sábados pela manhã). Entretanto, em 2016 a câmara transferiu-a para a Avenida 25 de Abril. Essa decisão, contudo, não foi consensual entre os feirantes, que não concordaram com o deslocamento da feira para fora do centro da cidade e das Fontainhas (Hemsworth, 2023).

Essa medida reforça o progressivo desuso social da área das Fontainhas, que já não conta com muita atividade de lazer e convívio, exceto alguns eventos mais pontuais, como a Feira dos Passarinhos, que se realiza semanalmente, e a tradicional Festa de S. João do Porto.

Embora esta última ocorra anualmente, as Fontainhas e os seus moradores ainda desempenham um papel fundamental nas festas da cidade, mostrando o potencial desta zona para se reestabelecer como importante eixo urbano e social do Porto.

Conclui-se, portanto, que, se por um lado, um conjunto de decisões realizadas entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XX contribuíram para a valorização desta área localizada a oriente do núcleo central da cidade, por outro lado, a sequência de intervenções urbanas a partir da segunda metade do século XX resultou em um lento processo de degradação das Fontainhas, com prejuízo para a população local, assim como para a cidade. O potencial do espaço como aresta agregadora do tecido urbano foi menosprezado por essas decisões e gerou consequências urbanas negativas, do ponto de vista físico e social.

Capítulo 3

Análise do edifício e sua relação urbana

3.1. Grelha de análise

Para desenvolver a análise do edifício e sua relação urbana, escolheu-se dois casos de estudo (a desenvolver na secção 3.2) e o Projeto V (Capítulo 4) como elementos de investigação. Desse modo, para analisar os três projetos, considera-se essencial a definição de uma grelha de análise comum. A presente secção estabelece os critérios para essa estrutura de análise, a partir das principais observações identificadas no Capítulo 2. Junto a isso, entende-se necessário considerar os elementos essenciais para a compreensão de um projeto de arquitetura. A grelha de análise definida é constituída por cinco tópicos.

A análise realizada no capítulo anterior permitiu identificar decisões urbanas e arquitetónicas que definiram as Fontainhas e sua envolvente e, por isso, considera-se essencial olhar para o contexto urbano para perceber o impacto que os edifícios analisados têm na sua zona. Assim, o primeiro ponto da grelha de análise consiste no *enquadramento*, analisando a sua história e forma urbana, bem como o uso social dos seus espaços públicos.

O segundo tópico de análise consiste no *programa*. A compreensão do carácter do edifício é fundamental para o estudo da sua relação urbana e social. O Capítulo 2 apresentou diversas construções da área das Fontainhas desde o século XIX e identificou as alterações urbanas e sociais causadas pelos diferentes edifícios na zona⁸. A função e o uso do projeto, assim como a sua distribuição interior, definem uma relação pública ou privada com a envolvente. Dessa forma, pretende-se identificar como a arquitetura resulta do programa proposto e como o programa pode ajudar a definir os espaços urbanos.

O terceiro ponto de análise é a *implantação*, nomeadamente a posição do edifício na sua parcela, a volumetria e orientações. A disposição dos elementos construídos estabelece uma clara relação entre o edifício, o terreno de implantação e a cidade. Pretende-se identificar essa relação e seu impacto na envolvente.

O quarto tópico da grelha de análise são as cotas, entende-se que trabalhar a topografia, tirando partido dos desníveis do terreno é fundamental para a inserção do projeto na envolvente. Este ponto da análise pretende perceber a relação do projeto tanto com as cotas das ruas envolventes, como com a topografia do terreno. Durante o estudo desenvolvido no Capítulo 2, foi possível identificar a importância dos arruamentos como elementos de ligação e definição de eixos urbanos, identificou-se, também, elementos que não se integraram à

⁸ A exemplo do Matadouro, da Fábrica do Carvalhido e das habitações, como as casas burguesas e as ilhas.

envolvente e não respeitaram as cotas originais do terreno⁹. Desse modo, considerou-se essencial analisar os projetos a partir de suas cotas.

Por fim, o quinto ponto da grelha de análise são os *espaços exteriores*. A partir da análise histórica e morfológica desenvolvida no Capítulo 2, ficou evidente a importância dos espaços exteriores para a utilização coletiva e definição do espaço urbano, como o Passeio Público das Fontainhas. Assim, procura-se identificar os espaços exteriores criados pelos edifícios e analisar tanto o seu papel na estrutura urbana, como o seu uso social e impacto na envolvente.

Fica assim definida a grelha de análise para os casos de estudos e para o Projeto V: i) enquadramento; ii) programa; iii) implantação; iv) cotas e v) espaços exteriores. Refere-se ainda que, consoante o projeto em análise, os cinco pontos da grelha podem apresentar pequenas variações na ordem pela qual são apresentados.

⁹ Nomeadamente a abertura da Avenida da Ponte e o Viaduto Duque de Loulé.

3.2. Análise dos casos de estudo

Nesta secção, são analisadas duas obras na cidade do Porto, com o intuito de fundamentar a reflexão proposta neste trabalho. O primeiro caso de estudo escolhido é o Passeio dos Clérigos (Praça de Lisboa), do gabinete de arquitetura Balonas & Menano, finalizado em 2013. O projeto resultou de um concurso promovido pela Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana, em 2006, e ganhou pela Urbaclérigos. A segunda obra escolhida foi a Estação de Metro da Trindade, do arquiteto Eduardo Souto de Moura. A obra está inserida na primeira fase do projeto para a infraestrutura urbana do Metro do Porto, e foi inaugurada em 2002.¹⁰

Escolheu-se dois casos de estudo que consideramos terem atingido seu papel como elemento estruturante de uma área urbana. Considera-se ainda que, à semelhança da área das Fontainhas, o contexto urbano dos casos de estudo também sofreu significativas alterações espaciais ao longo dos anos. Cada edifício escolhido teve uma influência determinante para definir sua área urbana. Ainda assim, é relevante destacar que os casos de estudo escolhidos são projetos com caráter público (sendo o primeiro de promoção privada), de uso coletivo, com um potencial de atratividade maior quando comparados com o programa do Projeto V.

Ressalta-se, também, que ambas as obras se localizam no centro do Porto (Figura 21), desse modo cria-se uma relação de proximidade com o terreno de Projeto V, com contextos urbanos similares, além de permitir ao autor uma análise empírica dos lugares e sua utilização diária.

¹⁰ Inauguração da primeira linha do Metro do Porto: Linha A, Matosinhos - Trindade.

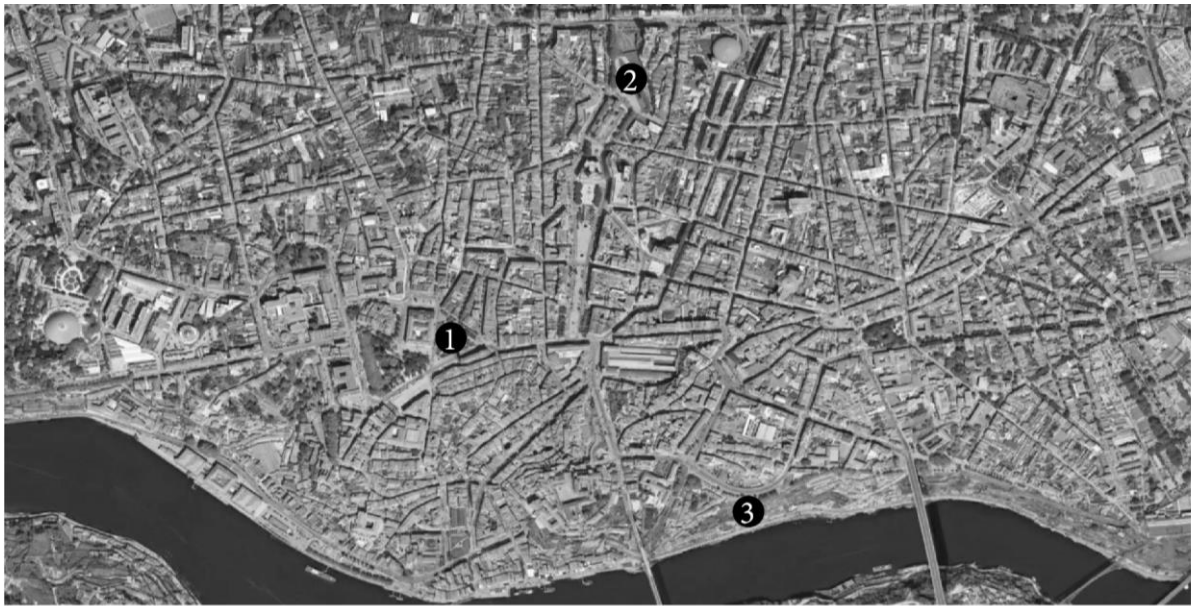


Figura 23. Imagem aérea da Baixa do Porto (Fonte: Google Earth)

Legenda

- ① Passeio dos Clérigos
- ② Estação de Metro da Trindade
- ③ Projeto V

3.2.1. Passeio dos Clérigos

Enquadramento

O Passeio dos Clérigos localiza-se na Praça de Lisboa, no centro histórico do Porto. É delimitada pelas ruas das Carmelitas (a norte), de São Filipe de Nery (a sul) e do Dr. Ferreira da Silva (a poente). Entre os anos de 1842 e 1952, o espaço abrigou o Mercado do Anjo, de uso social importante para os moradores e para o período em questão (Figuras 24 e 25). Consistia em uma área triangular, correspondente ao limite da atual praça, com um chafariz central para uso dos vendedores e as frentes das lojas voltadas para o seu interior (CMP, s.d.).



Figura 24. Imagem do Mercado do Anjo pela Rua das Carmelitas (Fonte: <https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2010/07/o-bairro-das-carmelitas-cidade-do-porto.html>)



Figura 25. Mercado do Anjo e Torre dos Clérigos (Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Por razões urbanísticas e higiênicas, no início do século XX, foi proposto pela Câmara a renovação da praça do Mercado do Anjo. Assim, em 1905, é aprovado o projeto de um novo edifício de autoria do arquiteto José Marques da Silva.

Já em 1936, foi aberto um concurso para a construção de um novo mercado, tendo em vista *“a necessidade de melhorar do ponto de vista urbanístico esta zona da cidade, rica em património edificado”* (CMP, s.d.). Dessa forma, em 1952, com a construção do Mercado do Bom Sucesso, os comerciantes transferiram suas bancas do antigo Mercado do Anjo.

Com a transferência do Mercado do Anjo, o espaço foi transformado na Praça de Lisboa, sem um caráter definido e com uso misto e improvisado. O espaço contava com algumas árvores, vendedores ambulantes e um parque de estacionamento à superfície.

Quase quatro décadas deste espaço indefinido e sem grande uso social, a praça recebeu um centro comercial, o Clérigos Shopping. Projetado pelo arquiteto António Moura, a galeria comercial contava com espaço para vinte e duas lojas, distribuídas por 12 mil metros quadrados. Pelas imagens (Figura 26) percebe-se que o programa se dividia em duas cotas, a inferior abrigava as lojas e a esplanada, e a superior, do nível da rua, servia como um passadiço. Esse elemento ligava a Rua das Carmelitas à Rua de São Filipe de Nery e contornava toda a praça. Nota-se que a grande diferença de cotas entre as ruas e o espaço interior foi solucionada por três escadas distribuídas a norte, sul e nascente (Figura 27).



Figura 26. Imagem aérea do Clérigos Shopping (Fonte: <https://mjfsantos.blogs.sapo.pt/103711.html>)



Figura 27. Imagem da escadaria do Clérigos Shopping (Fonte: <https://www.jn.pt/arquivo/2006/clerigos-shopping-esta-deserto-548259.html>)

Entretanto, o espaço não obteve um uso social significativo, o que culminou, ao longo dos anos, em seu total abandono. “*A galeria comercial da Praça de Lisboa, nos Clérigos (Porto), é hoje um deserto. (...) Nas cerca de duas dezenas de lojas, sobram os sinais de abandono e vandalismo. (...) não se concretizou a expectativa de criação de hábitos de visita.*” (Luz & Coutinho, 2006). Esse relato comprova o abandono resultante da perda de uso social do espaço, que conduziu, por anos, na “desertificação” deste espaço central. Como forma de revitalização, é proposto, em 2006, o Passeio dos Clérigos pretendendo atrair novos visitantes e recuperar o engajamento social.

Implantação

O projeto para o Passeio dos Clérigos parte do conceito de que o edifício deve garantir um espaço público aberto para a cidade, com foco nos pedestres e inserção subtil na envolvente. A implantação garante uma dinâmica com o espaço coletivo e convida o público para o seu uso. Com o objetivo de devolver à cidade um espaço abandonado no centro histórico do Porto, a implantação reforça a relação natural do edifício com o entorno, uma vez que define duas claras vias de ligação pedonal entre norte e sul.

O edifício cria assim dois caminhos abertos, no nível intermédio e na cota superior, que fazem a transição entre a Rua das Carmelitas e a Rua de São Filipe de Nery, sendo que os acessos a esses percursos estão definidos pelos eixos das ruas envolventes (Figuras 28 e 29). O acesso a norte para ambos os níveis é implantado no encontro da Rua das Carmelitas com a Rua do Dr. Ferreira da Silva e a Praça de Gomes Teixeira, criando um ponto de interseção. Já a sul, a ligação para a cota superior segue o eixo da Rua de São Filipe de Nery, enquanto

o caminho intermédio está alinhado à Torre dos Clérigos e cria uma relação de continuidade com a praça existente a sul. Percebe-se, portanto, que ambos os caminhos definem um novo percurso na cidade, como forma de transição norte-sul e numa clara relação com os caminhos pré-existent e as ruas do entorno.

Além da criação desses percursos, a implantação do edifício define um quarteirão encerrado, a norte e a sul com frente construída, e a poente com o muro (Figura 30). Na Rua das Carmelitas, o projeto constrói uma frente urbana, mas prioriza o acesso para o novo caminho comercial que atravessa o quarteirão. Desse modo, o edifício abre-se para o interior e evidencia, nos alçados das ruas, as entradas para ambos os percursos.

Através da implantação dos novos caminhos, e do tratamento das cotas analisado em seguida, a proposta oferece um percurso natural e funcional, sem contenções, e concordante com a envolvente. que faz com que o seu uso seja algo instintivo.

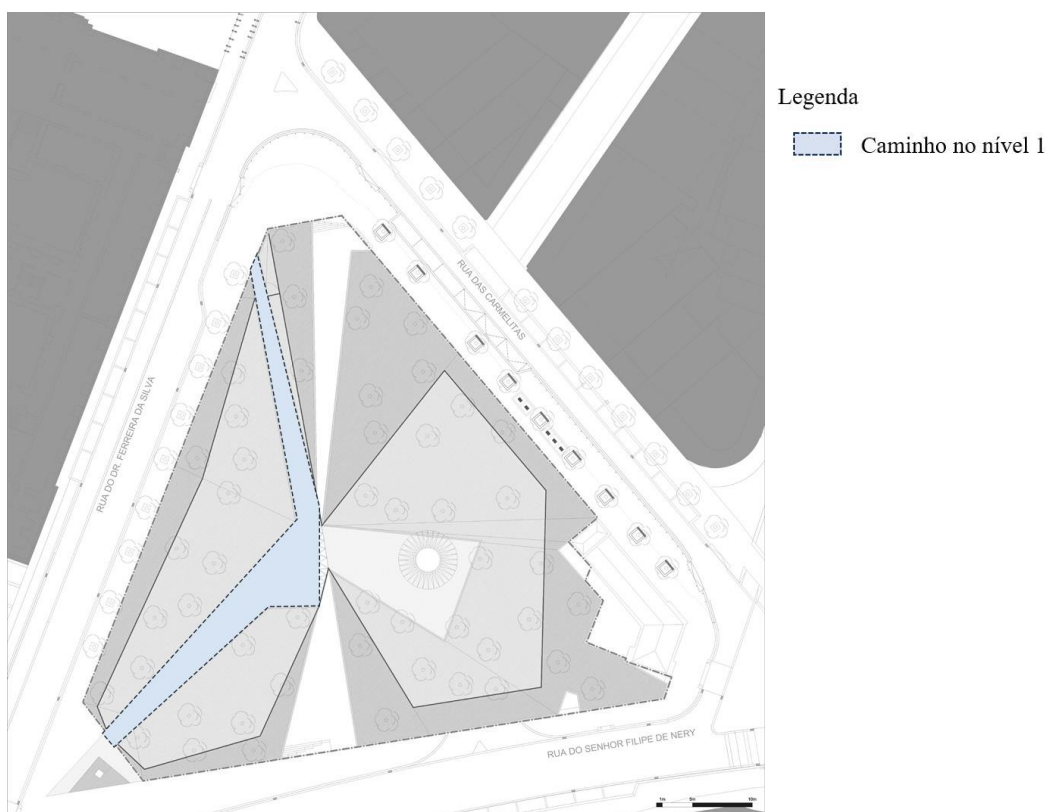


Figura 28. Planta do Piso 1 do Passeio dos Clérigos (Fonte: <https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>)



Figura 29. Planta do Piso 0 do Passeio dos Clérigos (Fonte: <https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>)

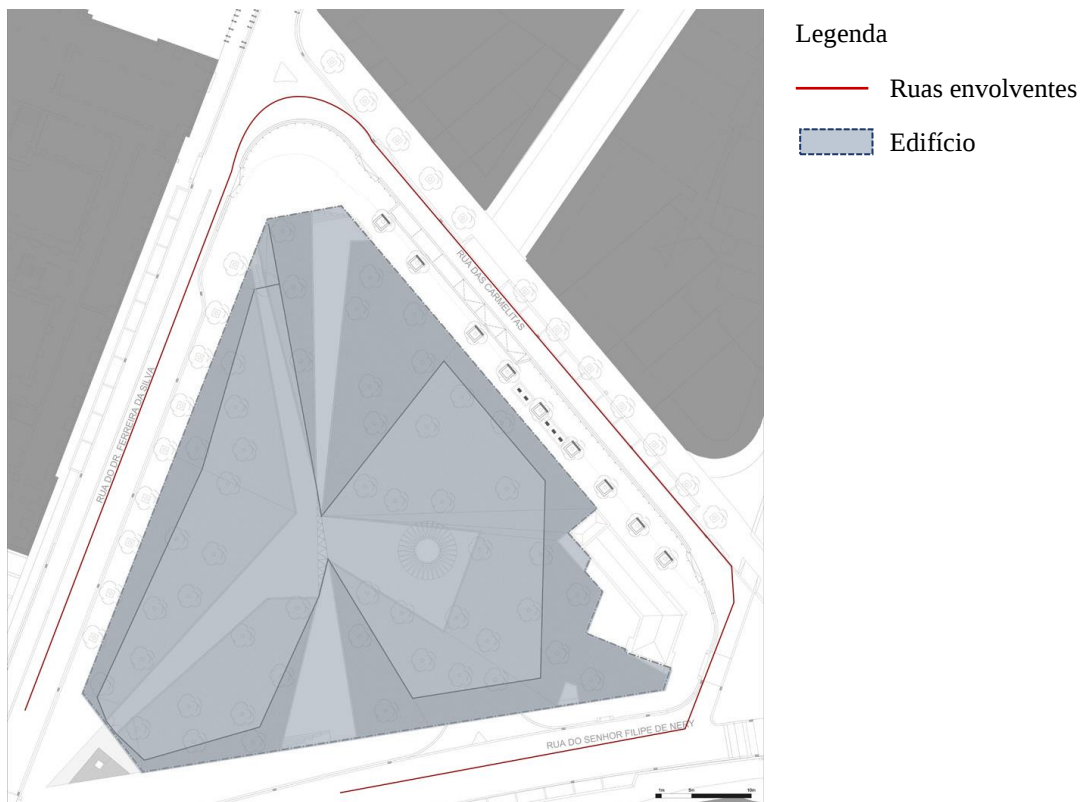


Figura 30. Planta da Cobertura do Passeio dos Clérigos (Fonte: <https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>)

Cotas

O projeto propõe para a Praça de Lisboa uma nova topografia, com a divisão do espaço em três níveis distintos por diferentes funções (Figura 31). O nível intermédio está à mesma cota das ruas a norte e a sul (Rua das Carmelitas e Rua de São Filipe de Nery), enquanto o nível superior está elevado e tem acesso por uma rampa a sudoeste e por escadas a noroeste. Já o nível inferior está enterrado.

Conforme já referido, e comprovado por experiência empírica, nota-se que a transição de cotas é quase impercetível, criando um trajeto natural entre as ruas e o edifício. Como visto no projeto anterior para esse terreno, o problema das cotas não foi resolvido com sucesso, uma vez que a transição por três escadarias é menos natural ao usuário e, portanto, afasta o edifício da envolvente. O Passeio dos Clérigos insere-se na cidade de forma integradora, com subtileza entre os diferentes níveis e abertura de caminhos coerentes.

Programa

Pelos tópicos já descritos, pode-se perceber que os caminhos estão relacionados, também, com o próprio uso do edifício e seu programa, de forma a garantir conforto ao usuário e definição dos espaços. O edifício consiste, simultaneamente, num jardim urbano e numa rua comercial. Sua organização funcional é delimitada pelos diferentes níveis programáticos: o jardim na cobertura, a rua comercial no piso intermédio e o parque de estacionamento no piso inferior (Figura 31).

A rua comercial resgata a utilização histórica da Praça de Lisboa, tanto com o Mercado do Anjo como com o Clérigos Shopping. As lojas voltam-se para o interior, com frente para o novo caminho e tamanhos variados, seguindo a lógica volumétrica do edifício. O espaço comercial é semicoberto, com parte do caminho aberto, mas com uma ligação central encerrada. Já o piso superior destina-se ao jardim público com espaços verdes laterais ao caminho pedonal. A nascente, atualmente o espaço recebe um bar com apenas um volume e um amplo espaço exterior de esplanada. O uso da cobertura como jardim é contido nas extremidades com guardas metálicas que definem o espaço de utilização e asseguram a proteção pela diferença de altura. O edifício, portanto, une um programa público (jardim e caminhos pedonais) com espaços mais privados, mas de uso coletivo (lojas, restaurantes e bares).

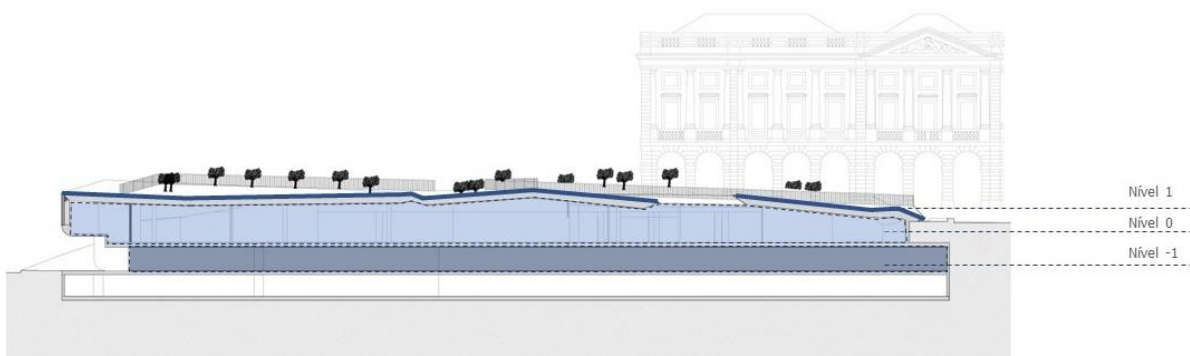


Figura 31. Corte Longitudinal do Passeio dos Clérigos (Fonte: <https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>)

Legenda

- Jardim público
- Rua comercial
- Estacionamento

Espaços exteriores

A parte mais pública do edifício é definida por espaços exteriores de uso coletivo que se relacionam claramente com a cidade. Além dos percursos de ligação (Figura 32), o jardim na cobertura tem uma grande importância para o local, já que oferece mais um espaço verde ao centro histórico do Porto, correspondente ao Jardim da Cordoaria, a poente do terreno. O jardim tem 4500 m² de área verde, com a inserção de Oliveiras, e é bastante usado por moradores locais e turistas como espaço de convívio e lazer (Figura 33).

Após a análise do projeto, conclui-se, portanto, que o Passeio dos Clérigos contribuiu para a reestruturação da sua área urbana, promovendo uma relação natural com a cidade e resgatando o uso social do espaço, com propostas de comércio, lazer e convívio. À semelhança das Fontainhas, a Praça de Lisboa teve, ao longo dos anos, decisões urbanas e arquitetónicas que afetaram a sua forma física e o uso social dos seus espaços, e promoveram impactos negativos ou positivos na envolvente. Todos os pontos de análise propostos neste trabalho apontam para o sucesso urbano do Passeio dos Clérigos, na sua relação com a cidade, tanto do ponto de vista da forma física como do uso social dos espaços.



Figura 32. Fotografia da Rua Comercial do Passeio dos Clérigos (Fonte: <https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>)



Figura 33. Fotografia da Cobertura do Passeio dos Clérigos (Fonte: <https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>)

3.2.2. Estação de Metro da Trindade

Enquadramento

A Estação de Metro da Trindade localizada na Baixa do Porto, mais precisamente na Rua de Camões, foi projetada para substituir a Estação Ferroviária da Trindade, inaugurada em 1940 (Figura 34). A antiga estação funcionava como terminal de ligação entre a cidade do Porto e as linhas direcionadas a norte do país, nomeadamente da Póvoa de Varzim e de Guimarães. O edifício caracterizava-se como peça central da mobilidade urbana e localizava-se num ponto de transição entre o centro histórico a sul, uma zona consolidada do Porto, e uma área de expansão urbana a norte. O seu edifício tinha a fachada junto à rua e o remate da esquina destinava-se a uma bomba de gasolina (Figura 35). Em 2001, a linha de caminho-de-ferro e a estação foram encerradas para a construção do edifício da estação de interface do novo Metro do Porto, projetado pelo arquiteto Eduardo Souto de Moura.



Figura 34. Imagem da Fachada da antiga Estação Ferroviária da Trindade (Fonte: Delcampe.net)



Figura 35. Imagem da antiga Bomba de Gasolina (Fonte: https://www.facebook.com/fotosdoporto/posts/7016155158455476/?locale=ms_MY)

“Quando os cais ferroviários foram finalmente demolidos, ficou pela primeira vez exposto todo o enorme espaço apreendido ao longo de muito tempo para lá da antiga fachada da estação. Depois de eliminar de igual forma a presença da bomba de gasolina que ocupava a sua frente, a intervenção passou a dispor de uma enorme ferida urbana, aberta num espaço extremamente central da cidade, onde importava sobretudo organizar.” (Vieira, 2009, p. 129)

Era fundamental que o projeto da nova estação garantisse a requalificação do espaço urbano, de forma a reatribuir-lhe o caráter de elemento central na mobilidade urbana do Porto. Historicamente, essa área sempre esteve associada à dinâmica e distribuição de percursos urbanos para o centro histórico da cidade, e o projeto do Metro manteve esse importante caráter. Desse modo, a Trindade consiste na estação de maior importância e relevância para o sistema do Metro do Porto, uma vez que serve de interface entre todas as linhas da rede, tornando-a o polo central na mobilidade urbana e na vivência diária da cidade.

Implantação

A fim de perceber como o edifício responde a essa necessidade urbana e demanda coletiva, pretende-se, primeiramente, apontar a particular forma como o projeto se implantou na malha pré-existente da cidade e se adaptou às condicionantes do lugar.

O edifício corresponde a um único volume, alinhado pelo limite nascente do terreno, que se implanta afastado da Rua de Camões, criando, assim, uma praça aberta para a cidade e à disposição do uso público (Figura 36). Essa praça é definida pela própria construção e pelos alinhamentos da via pública a sul e do muro a poente, acompanhado de uma coluna de árvores adjacente. A nascente, a praça é definida pelo limite do edifício, que se abre para o exterior com uma fachada envidraçada e dobra, a norte, com um elemento encerrado, estabelecendo esse remate junto a um lanço de escadas. Já a sul, a praça abre-se completamente para a cidade e direciona o caminho para o centro do Porto (Figura 37).

A implantação pensada de modo a criar esta praça de uso público vai de encontro com a proposta de organizar a ferida urbana deixada pela demolição da antiga estação ferroviária e garante, portanto, um novo uso para essa enorme área que antes encontrava-se encerrada pela fachada do antigo edifício. É de grande importância ressaltar como a implantação nesse projeto está direcionada para a criação deste espaço público, definindo-o como peça essencial da relação entre a estação e a cidade.

A implantação do edifício permite, também, criar percursos e acessos pelas ruas

envolventes. A sul define-se a entrada principal pelo encontro da Rua de Camões com a praça (Figura 38, trajeto 1), enquanto a sudeste é criado um percurso de ligação entre a Rua Alferes Malheiro e a entrada secundária do edifício (Figura 38, trajeto 2). Já a nascente, é estabelecido um pequeno volume de entrada que conecta a Travessa de Alferes Malheiro ao interior do edifício (Figura 38, trajeto 3), e faz a transição para a cobertura ajardinada (Figura 38, trajeto 4).



Figura 36. Planta Do Metro da Trindade (Fonte: Gosur Maps)

Legenda

- Ruas envolventes
- Edifício

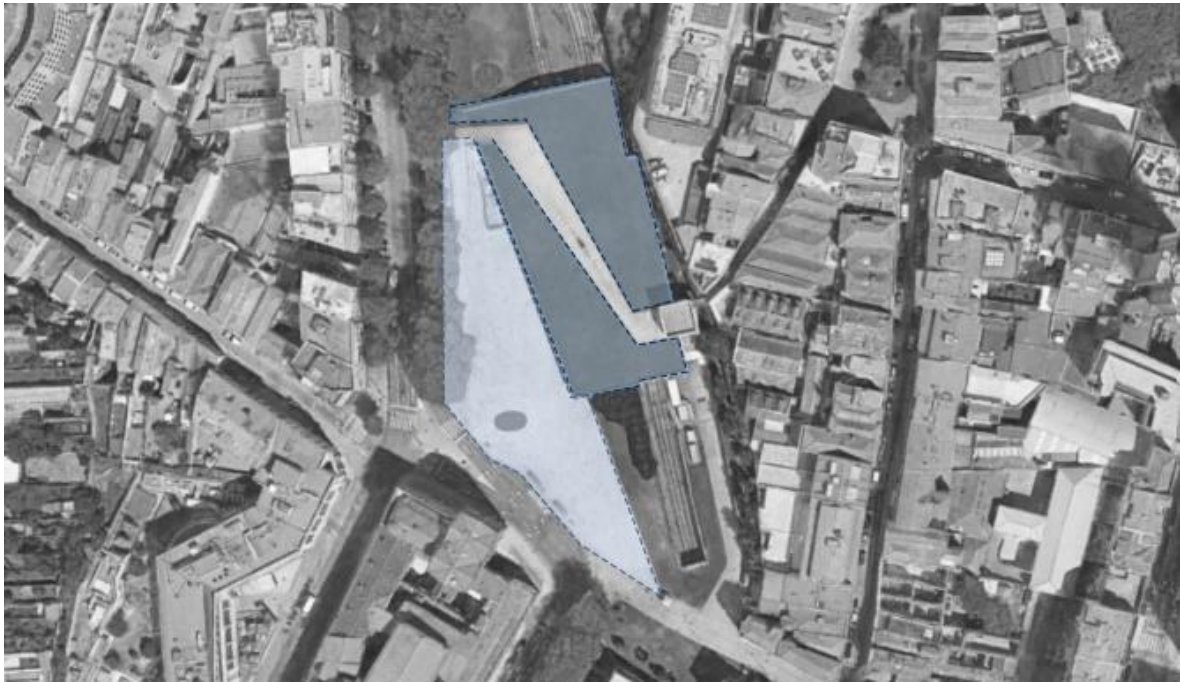


Figura 37. Imagem aérea do Metro da Trindade com esquema dos espaços exteriores (Fonte: Google Earth)

Legenda

- Praça
- Cobertura ajardinada

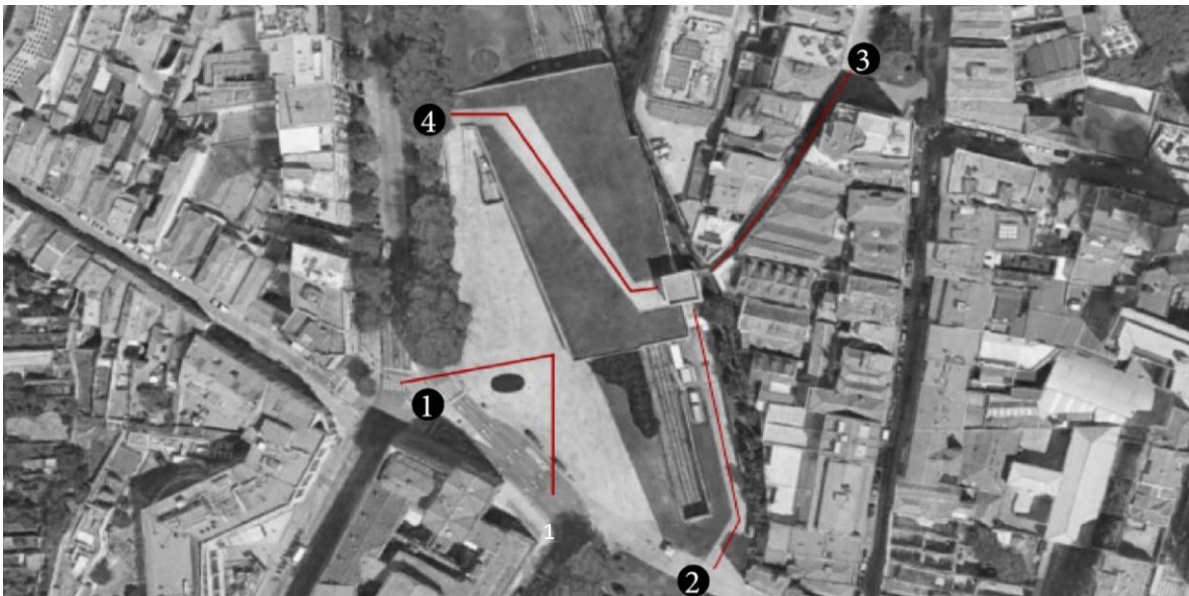


Figura 38. Imagem aérea do Metro da Trindade com trajetos (Fonte: Google Earth)

Legenda

- Traçados dos percursos

Programa

Estabelecida como ponto de passagem obrigatório a todas as linhas, a estação recebe, diariamente, o maior e mais constante fluxo de pessoas e, por isso, exige um programa que corresponda a essa demanda social. Assim, sua organização programática é definida pela diferença de cotas, distribuindo os cais em dois diferentes níveis: um à cota da rua e outro no subsolo, destinado à linha norte-sul (Linha Amarela). Nota-se que o programa é duplicado e sobreposto, com o intuito de resolver a ligação entre as direções transversais e longitudinais da rede de Metro do Porto.

Cotas

Além da divisão programática em diferentes níveis, o próprio edifício adapta-se às cotas das ruas pré-existentes e suas ligações, inserindo-se, portanto, de uma maneira mais adequada ao entorno. Desse modo, o piso zero do edifício e a praça criada por ele estão em concordância com a cota mais baixa da Rua de Camões, fazendo com que essa transição entre o interior e o exterior seja mais direta, por meio de uma plataforma plana em continuidade com a rua.

No limite norte da praça, desenvolve-se uma escada de ligação para a cota da cobertura. Essa ligação vertical conecta, também, a cota mais alta da Rua de Camões com a praça e demarca um claro ponto de entrada para o edifício na cota superior. Neste ponto de interseção entre a via pública e as escadas, é criado um percurso, ao nível da cobertura, que direciona o trajeto para o volume nascente de entrada e transição, ligando a Rua de Camões à Travessa de Alferes Malheiro.

Nota-se que o trabalho de cotas resulta em uma inserção do edifício adaptada às ruas existentes e possibilita a criação de acessos e percursos. A definição de dois níveis exteriores demarca, também, espaços exteriores com características distintas de acordo com as suas diferentes funções (Figura 37). A continuidade do espaço interior da estação para uma praça exterior evidencia uma atenção à fluidez do percurso, comprovado pelo caráter permeável criado pelo alçado envidraçado e o seguimento do espaço à cota da rua. Já no nível superior, o desenho de uma cobertura ajardinada indica a intenção de criar um espaço percorrível, com o papel fundamental de fazer a ligação entre as diferentes cotas da cidade e os eixos nascente-poente do terreno.

Espaços exteriores

Percebe-se, portanto, a intenção do arquiteto em desenhar para a baixa do Porto uma construção integrada à cidade e à sua paisagem e, acima de tudo, acessível para a utilização pública. Por experiência empírica e observações diárias, nota-se o claro uso social da praça. Destinada para passagem quotidiana dos moradores e utilizadores do Metro do Porto, a praça abriga, também, usos diversos, como atividades de lazer, desporto, descanso e, inclusive comércio e restauração (Figura 39). A exemplo disso, o programa definiu espaços destinados a lojas que se abrem para esse grande espaço exterior e têm usos diversos, como serviços e restaurantes. Além disso, mais a sul, uma nova zona de comércio temporária foi criada a partir da inserção de contentores denominados “Galerias da Trindade”. O amplo espaço livre permite também um uso social coletivo, como, por exemplo, celebrações em datas especiais¹¹ e protestos políticos.

Em contraste à praça na cota inferior, o uso diário da cobertura verde destina-se mais a repouso e caminhadas, tratando-se de um espaço mais reservado, com menor incidência de uso público (Figura 40). Entretanto, ainda é um elemento de grande importância urbana e cria um amplo espaço exterior ajardinado no centro da cidade, com possibilidade para diversos encontros coletivos¹².

“Enquanto a praça inferior serve de entrada principal, e se afirma como espaço público vital concedido pela intervenção à cidade, a enorme plataforma superior reúne a construção em torno de um agradável espaço de estar verde, que complementa o lugar com um sentido mais lúdico e sereno, mas requalifica também todas as perspectivas sobre o espaço a partir da cota mais alta a norte.” (Vieira, 2009, p. 131)

A construção da nova estação da Trindade teve um grande impacto na sua zona, tendo alterado a imagem da Baixa do Porto, assim como os deslocamentos diários urbanos e o uso social desta parte da cidade. A sua importante posição no centro da cidade, acrescida da sua relevância para a rede do Metro, permitiu definir a Trindade como a mais completa estação, em nível programático e de espaços exteriores concedidos à cidade.

Conclui-se, portanto, que o edifício da Estação da Trindade, em seu conjunto, consiste numa intervenção de grande relevância urbana para a cidade e seus moradores. O projeto foi essencial para a caracterização e requalificação desta área da cidade, respondendo às

¹¹ Por exemplo: Festa de S. João, comemoração do título do Futebol Clube do Porto, reunião no Cortejo (Queima das Fitas).

¹² Como o caso de comemorações religiosas (Castro, 2023, 21 de Abril).

necessidades sociais e integrando-se na malha urbana existente e no lugar em que se insere na Baixa do Porto. Destaca-se, a proposta da criação de dois espaços públicos, trabalhados sob a topografia e articuladores de percursos urbanos, que resgatam o papel central desse espaço para a mobilidade urbana do Porto.



Figura 39. Fotografia da praça da Estação da Trindade (Fonte: <https://adrianopimentaarqu.myportfolio.com/urban-spaces-metro-do-porto-portugal>)



Figura 40. Fotografia da cobertura da Estação da Trindade (Fonte: <https://adrianopimentaarqu.myportfolio.com/urban-spaces-metro-do-porto-portugal>)

3.3. Síntese dos casos de estudo

A partir da análise de cada um dos casos de estudo, considerou-se fundamental a elaboração de uma síntese da secção anterior, que permita pontuar e comparar os projetos entre si. Através dos pontos da grelha de análise, pretende-se perceber as diferentes abordagens, assim como, os pontos em comum entre os projetos, com foco no objetivo principal de compreender o papel desempenhado na reestruturação urbana.

Percebe-se, logo no *Enquadramento*, que ambas as áreas de intervenção, no período imediatamente anterior aos projetos, apresentavam feridas urbanas que precisavam ser repensadas e trabalhadas. Além disso, ambos os espaços tinham importantes características urbanas a manter ou recuperar, com foco, sobretudo, no uso social do espaço público.

Nos dois casos, o *Programa* manteve o uso original, ainda que adaptado a uma nova realidade. No caso do Passeio dos Clérigos como área de comércio e lazer, enquanto a Estação de Metro Trindade como eixo central da mobilidade do Porto. Os dois projetos analisados tiveram sucesso no tratamento da ferida urbana encontrada e mantiveram ou recuperaram o aspeto essencial do lugar, respondendo bem à sua demanda urbana e social.

Quanto à *Implantação*, os projetos apresentam propostas distintas com alguns pontos em comum nas soluções finais. O conceito do Passeio dos Clérigos parte da ideia de definir um quarteirão, a partir de frente construída e muro. Por outro lado, a Estação de Metro da Trindade pretende afastar o edifício da rua, libertando espaço para a criação de uma praça aberta em continuidade com a via pública. Embora sejam soluções distintas, ambas as implantações permitem, no entanto, definir novos espaços públicos e novos percursos urbanos para a cidade através da ligação de eixos transversais.

Semelhante ao modo como criam caminhos públicos, ambos os projetos trabalham as *Cotas* para ligar de modo natural o edifício às ruas envolventes e suavizar a diferença de níveis entre os percursos. As cotas são, também, fundamentais para definir espaços exteriores distintos concedidos à cidade. No caso do Passeio dos Clérigos, as cotas organizam o programa e definem dois espaços públicos com aspetos distintos, a rua comercial e o jardim público. Igualmente, a Estação de Metro da Trindade aproveita a diferença de níveis para distinguir duas áreas públicas, a praça e a cobertura ajardinada.

Por fim, fica evidente em ambos os projetos o interesse de, para além de integrar os edifícios nas suas malhas urbanas, criar *Espaços exteriores* para a cidade. Os dois projetos

definem espaços exteriores fundamentais para o uso social, no âmbito público, entretanto, com características diferentes. Em oposição à rua comercial do primeiro caso de estudo, tem-se a praça pública da Estação, duas funções com maior demanda urbana e fluxo de pessoas. Por outro lado, os dois projetos decidem aproveitar a cobertura para desenvolver um espaço verde na Baixa do Porto, com caráter mais contemplativo e de descanso.

Conclui-se, das análises realizadas, que tanto a Praça de Lisboa como a Estação de Metro da Trindade, foram capazes de assumir um papel fundamental como elemento de reestruturação da sua área urbana.

Capítulo 4

Projeto V

4.1. Análise do Projeto V

O presente capítulo apresenta a análise do Projeto V. O desenvolvimento do projeto procurou responder ao programa, referente a uma Residência de Estudantes na Escarpa dos Guindais, e teve como propósito principal garantir uma correta relação entre o edifício e a envolvente urbana das Fontainhas, considerando a especificidade do terreno de intervenção. O estudo desenvolvido nesta secção segue os pontos da grelha de análise definidos e justificados na Secção 3.1. Acrescido a isso, a análise histórica e morfológica realizada no Capítulo 2 foi essencial para o enquadramento da área de intervenção e para a justificativa das decisões projetuais. Assim, pretende-se relacionar os cinco pontos em análise com a zona das Fontainhas de modo a perceber o potencial impacto do projeto na sua área urbana.

Enquadramento

A área de intervenção, está inserida na Escarpa dos Guindais, entre a Rua de Arnaldo Gama e a Avenida Gustavo Eiffel, na zona das Fontainhas. A contextualização histórica e morfológica permitiu introduzir e descrever a área das Fontainhas, nesta secção pretende-se aproximar a escala de análise, para contextualizar a zona adjacente à área de intervenção e descrever a morfologia do terreno.

Relativamente ao terreno, este apresenta uma forma irregular de aproximadamente 4.000 m². O acentuado declive no sentido transversal (da cota 65 à cota 42) e a presença de muros de suporte projetados longitudinalmente são duas características fundamentais.

O terreno encontra-se enquadrado por quatro frentes distintas e o projeto tentou relacionar-se da melhor maneira com cada uma delas, respeitando o seu carácter. A sul, a Avenida Gustavo Eiffel junto ao Rio Douro e uma grande área de escarpa desocupada, marcada por seu declive acentuado e muros de suporte, características comuns ao próprio terreno de projeto, definem esse espaço e criam desafios para a inserção adequada do edifício. O projeto procura resolver essa questão com a integração do edifício na escarpa e nos seus muros pré-existentes.

A norte, está o espaço correspondente ao antigo Passeio das Fontainhas e, mais acima, o Viaduto Duque de Loulé e o seu parque de estacionamento. Como visto no Capítulo 2, estes são pontos frágeis da envolvente, por descaracterizarem a área das Fontainhas e não se integrarem ao entorno, de modo que foi considerado essencial o trabalho desta vertente norte. Assim, foi proposta a reposição do Passeio das Fontainhas e a reestruturação desta área

urbana, com um novo espaço público de miradouro, com foco na recuperação do importante uso social das Fontainhas, conforme analisado no Capítulo 2.

A poente, encontra-se uma malha urbana consolidada de frente urbana contínua, onde se desenvolve um conjunto de habitações maioritariamente unifamiliares, caracterizado por edifícios geminados e com até três pisos acima da cota da rua. Tais construções marcam a leitura da Escarpa dos Guindais e relacionam-se diretamente com a Rua do Miradouro e com o Largo Actor Dias. Considera-se que essa área ocidental do terreno é a mais consolidada e urbanizada, aspeto considerado essencial para a inserção urbana do projeto, que constrói assim a frente da Rua do Miradouro em continuidade com a envolvente, como veremos mais à frente.

Por fim, a nascente, existe uma zona íngreme e rochosa, com duas plataformas, uma à cota 60 e outra à cota 67 (na continuação do Passeio das Fontainhas). O limite nascente do terreno corresponde a essa área desocupada de escarpa com grandes desníveis e torna esse remate um desafio, essencialmente na implantação e tratamento das cotas. Já a parte mais a nascente do limite do terreno é ocupada maioritariamente por ilhas. Estes conjuntos de pequenas casas de classe operária, de frente única e contínua, apresentam a leitura geral de um único volume longitudinal de um piso. O projeto afastou-se deste limite para resolver o difícil remate e procurou aproximar o edifício, em volumetria e implantação, da forma longitudinal das ilhas.

Os pontos seguintes da grelha de análise irão desenvolver e concretizar o modo como o projeto procura responder a estes desafios de modo a integrar-se na envolvente e a contribuir para a sua reestruturação urbana.

Programa

Desde o início do projeto, surgiu a vontade de separar o edifício em dois volumes, consoante os seus diferentes programas. O projeto inclui vinte unidades de quartos duplos e oito unidades de quartos simples, além de espaços de convívio, estudo, refeição, áreas administrativas e técnicas, totalizando 1500 m² de área bruta. A divisão programática baseou-se, essencialmente, no carácter coletivo ou privado dos espaços propostos. Desse modo, determinou-se que o edifício a poente teria um carácter coletivo, com o átrio e entrada, áreas administrativas e espaços de uso coletivo dos residentes, nomeadamente sala de convívio e bufete; enquanto o edifício a nascente agregaria os espaços mais privados do programa, referentes aos núcleos dos quartos, compostos pelos quartos duplos e simples e respetivas

salas de apoio (salas de refeições e trabalho).

Como o programa definido apresenta um carácter habitacional, ainda que dedicado a um grupo etário específico e com uma área considerável de espaços de uso coletivo, a proposta adicionou um programa complementar, claramente de uso público, contemplando um miradouro e uma frente de comércio, como veremos mais à frente.

Implantação

Os desafios da área de intervenção, sintetizados no *Enquadramento*, começaram a ser solucionados a partir da proposta de implantação do projeto, procurando a inserção do edifício de modo integrado no terreno existente e na malha urbana. Partindo da divisão programática, a implantação surge da criação de dois blocos principais e um elemento de transição (Figura 41).

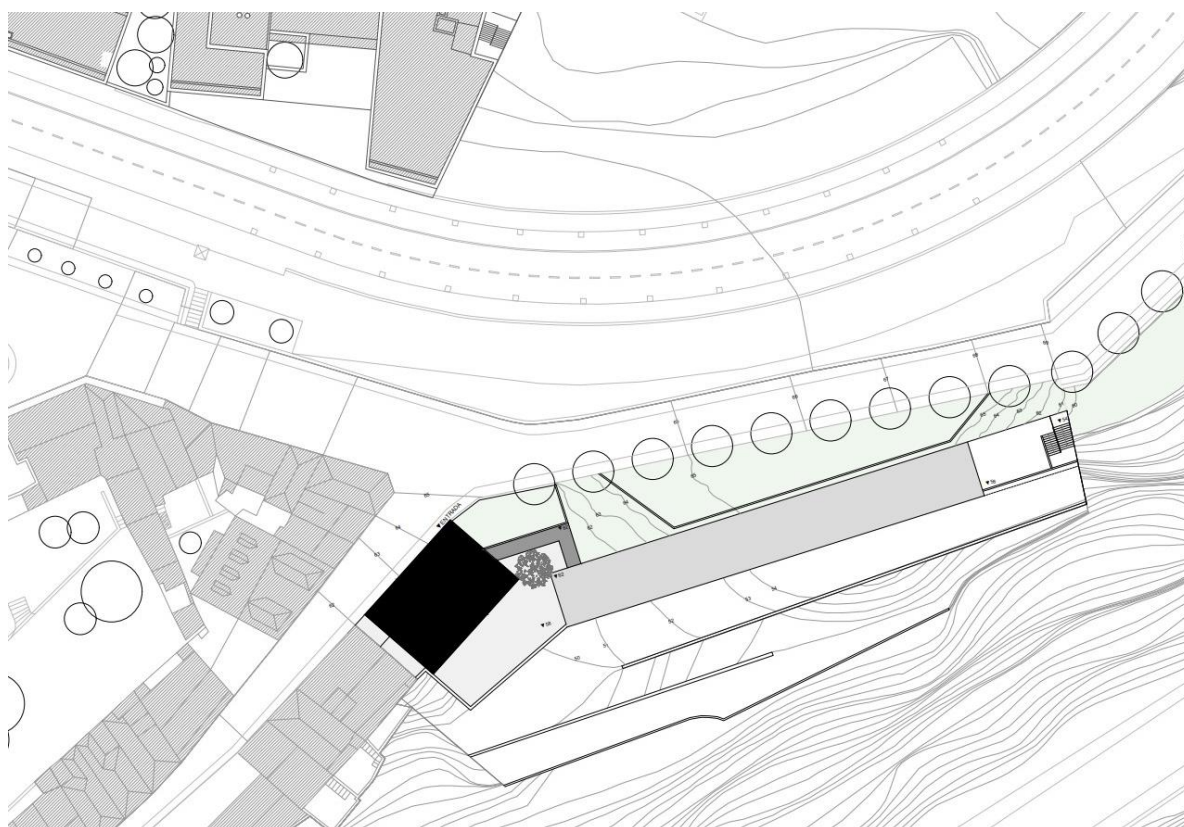


Figura 41. Planta de Implantação do Projeto V com a divisão programática (Fonte: Autor)

LEGENDA:

- Edifício de entrada/administração
- Edifício de transição
- Edifício de quartos

O primeiro edifício, a poente, que abriga o programa coletivo, consiste num volume desenvolvido verticalmente, em continuidade aos edifícios habitacionais pré-existent,

relacionando-se com a envolvente da Rua do Miradouro e do Largo Actor Dias. Sua implantação segue o alinhamento da Rua do Miradouro e do Largo e cria a entrada principal para o edifício (Figura 41) no encontro com o reaberto Passeio das Fontainhas, à cota da rua (64) e privilegiando a relação com ela. Esse volume pretende integrar o novo edifício na malha urbana consolidada, seguindo a frente urbana e aproximando-se, volumetricamente, das construções existentes. Optou-se por criar um pequeno afastamento do limite da parcela a sudoeste, criando uma entrada de serviço na cota 62, de modo a separar fisicamente o novo edifício dos edifícios existentes. Este edifício organiza o seu programa em diferentes níveis, e cada um dos quatro pisos tem uma função definida, permitindo assumir uma volumetria mais vertical à semelhança dos edifícios adjacentes.

Em contraposição, o segundo edifício, a nascente, desenvolve-se como um elemento horizontal, que acompanha o terreno e se integra na escarpa. Sua volumetria, de um único volume mais comprido inserido na continuidade dos muros existentes, procura aproximar-se à implantação das ilhas a leste. Como visto na Secção 2.1, os muros de suporte sempre estiveram presentes e marcaram a leitura geral da escarpa, tidos como elementos essenciais para conter o declive de terra. Desse modo, o projeto tencionou manter esse caráter fundamental do terreno, implantando o edifício como elemento de continuação dos muros pré-existentes (Figura 42).

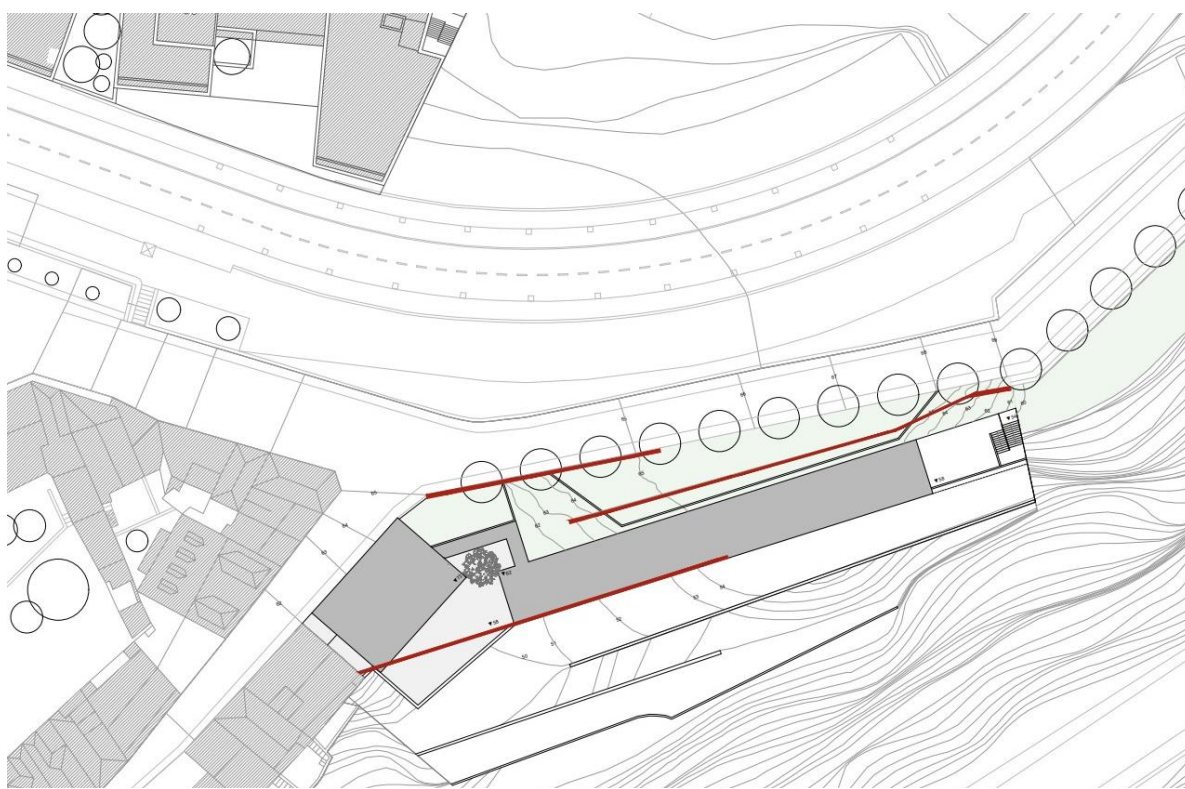


Figura 42. Planta de Implantação do Projeto V com os muros pré-existentes (Fonte: Autor)

Este edifício recebe a área mais privada do projeto, equivalente a um programa de repetição de módulos de quartos e salas. Em cada um dos dois pisos, a distribuição interior divide-se em dois conjuntos de módulos, separados por uma zona de iluminação central. Devido ao comprimento do edifício e à impossibilidade de iluminação a norte, criou-se esse espaço que, além de iluminar o corredor, funciona como um elemento de convívio e demarca as duas alas de quartos. Em cada ala existem quartos duplos e simples, intercalados com núcleos de apoio, nomeadamente salas de trabalho e salas de refeição (Figura 43).

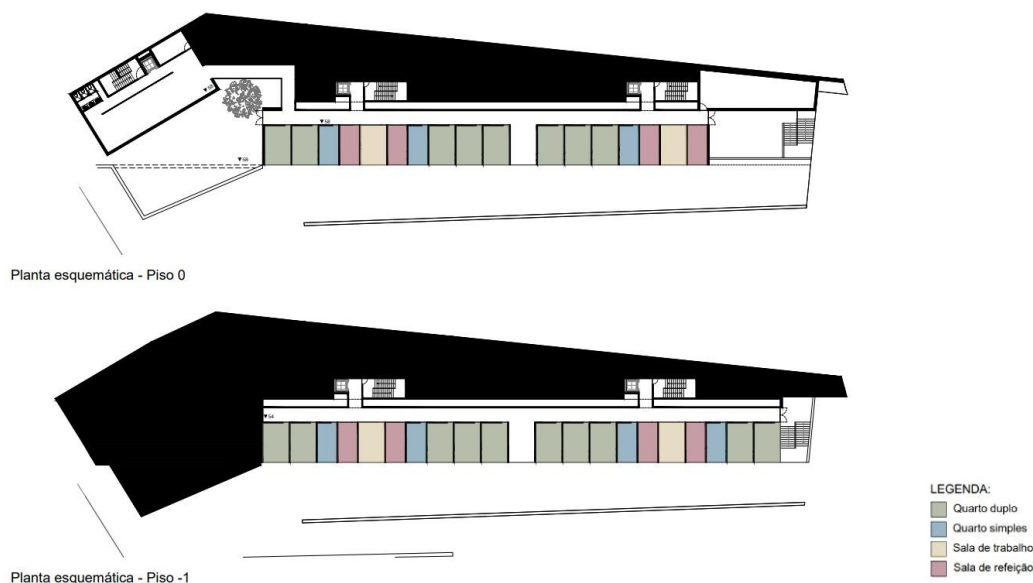


Figura 43. Planta esquemática do programa de Projeto V (Fonte: Autor)

Os dois edifícios principais comunicam através de um volume de transição, posicionado na articulação dos dois blocos, que consiste numa passagem semienterrada que faz a ligação entre as duas áreas do projeto, a coletiva e a privada.

Embora se considere que o programa justifica a extensão do edifício dos quartos, o projeto pretendeu afastá-lo do limite nascente do terreno, para suavizar o contato com a escarpa, criando um pátio e uma escada de ligação exterior entre os dois pisos do edifício. Sua implantação afasta-se, também, do limite norte, libertando uma grande área do terreno para o desenvolvimento de espaços exteriores de uso público. A implantação deste edifício não define a frente da rua, ao contrário do outro volume na rua do Miradouro, mas implanta-se intencionalmente abaixo da cota da rua de modo a permitir definir um espaço público exterior de miradouro para o Rio Douro, no prolongamento do reconstruído Passeio das Fontainhas.

Projetou-se então para essa área livre dois espaços distintos, um maior, com caráter de uso público e outro, menor, de uso coletivo da Residência de Estudantes. No limite poente, no ponto de articulação entre os dois edifícios, criou-se uma esplanada para a cantina (à cota do piso 1 do volume ocidental). Esse espaço aproveita a cobertura do edifício de transição e cria um lugar contido pelo muro da rua com uma certa privacidade para os seus usuários (Figura 46).

Já na área pública é criado o já referido espaço exterior destinado a um miradouro. A partir do trabalho de cotas, analisado a seguir, cria-se um amplo espaço público, conectado com a rua, com intuito de recuperar o caráter original do Passeio das Fontainhas.

Cotas

O trabalho das cotas foi essencial para a inserção do edifício num terreno com uma topografia muito acidentada, de modo que a decisão principal partiu da definição de uma cota comum entre os dois edifícios, que se desenvolvem de maneiras distintas (Figura 44). A intenção do projeto foi integrar-se de modo mais natural possível com as cotas pré-existentes, assim, essa plataforma comum seguiu a lógica natural do terreno, na cota 58. Nesta cota faz-se o encontro dos dois edifícios através do volume de transição, e suas orientações permitem demarcar uma grande varanda exterior, aberta a sul e prolongada além do muro existente.

O edifício poente, a partir desta cota desenvolve mais três pisos superiores, permitindo fazer a ligação entre a cota da rua (cota 64) e o terreno interior. Por outro lado, o edifício nascente, segue a lógica contrária e desenvolve mais um piso inferior, na cota 54, o que permitiu libertar espaço acima da cota de cobertura (cota 62), a norte. O piso 0 deste volume nascente possui uma clara relação topográfica com o edifício poente, delimitando a varanda exterior (Figura 46), enquanto o piso -1, implantado na cota 54, tem uma relação evidente com o muro, já que o edifício se posiciona como uma continuação deste. Os módulos dos quartos deste piso abrem-se para uma varanda exterior na mesma cota, com uma privacidade demarcada pelo próprio terreno.

O trabalho de cotas foi fundamental, também, para o desenho do miradouro, de modo a criar acessos diretos pelo Passeio das Fontainhas (cotas 65 e 66) e deixando o espaço restante acompanhar o declive natural do terreno, de modo a desenhar um elemento mais natural e integrado na envolvente (Figura 45).

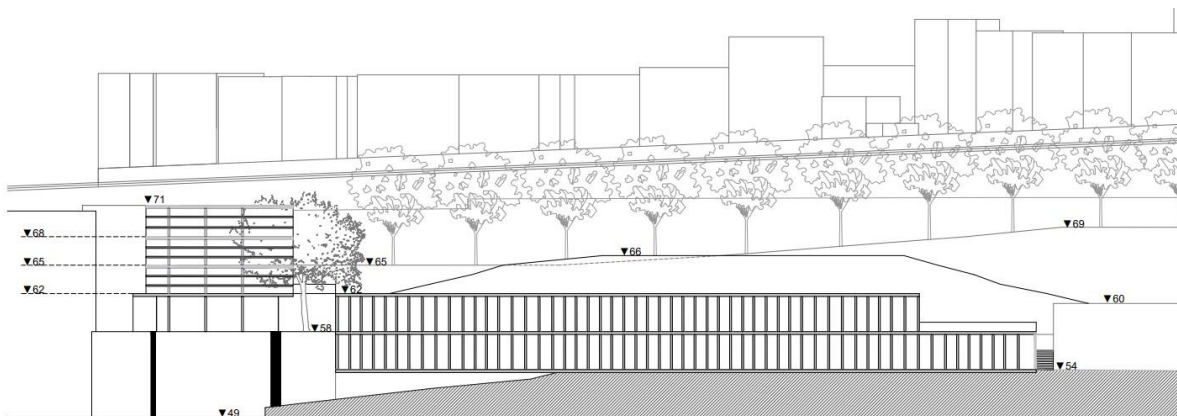


Figura 44. Alçado Sul do Projeto V (Fonte: Autor)

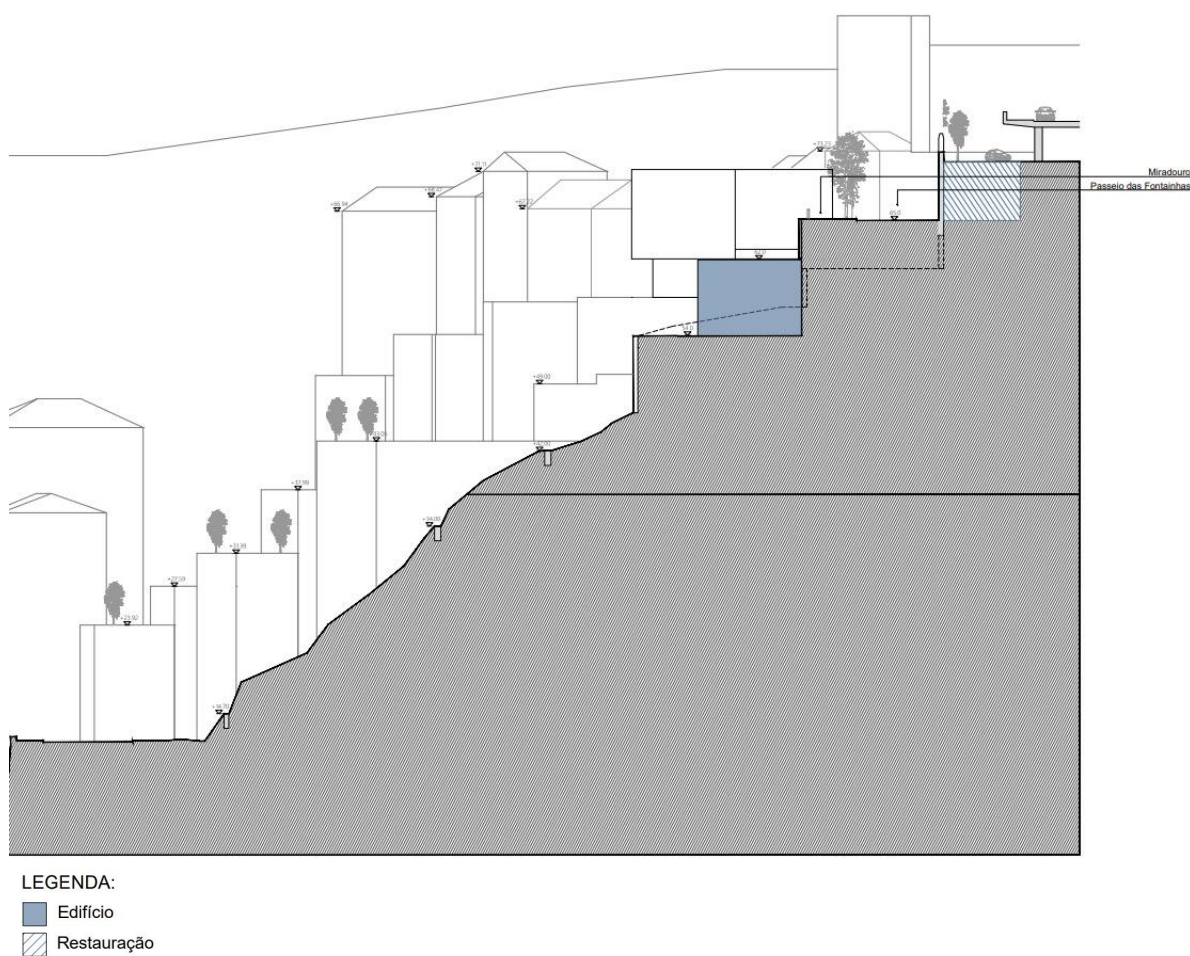


Figura 45. Corte transversal do Projeto V (Fonte: Autor)

Espaços exteriores

Como visto no Capítulo 2, uma sequência de decisões urbanas descaracterizou a zona das Fontainhas fazendo-a perder gradualmente a sua histórica vivência de lazer e convívio, nomeadamente no que diz respeito ao Passeio das Fontainhas e ao Miradouro das Fontainhas

(antigo Passeio Público das Fontainhas). Assim, o projeto pretende resgatar um espaço urbano fundamental para a área de intervenção, propondo reconstruir o Passeio das Fontainhas e criar um novo espaço público de miradouro, consolidado através do trabalho de cotas, ligações com as vias públicas, e novos usos comerciais.

O projeto prevê para este espaço, um uso misto de convívio e lazer, com uma área verde voltada para sul e uma rua, sobretudo, focada nos peões. A transição entre a rua e o miradouro é feita por uma coluna de árvores, recuperando esse elemento original do Passeio das Fontainhas. Como há outras vias de acesso para automóveis, pensou-se para o Passeio das Fontainhas um uso mais pedonal, ainda que com acesso partilhado também para carros. Para isso, o projeto sugere um desenho urbano em que de um lado da via exista o miradouro e, do outro, um espaço de comércio, como restauração, de modo que o uso social do espaço seja evidenciado na proposta (Figura 46).

Para desenvolver essa proposta comercial, o projeto aproveita o muro alto existente, que delimita o Passeio das Fontainhas a norte, e sugere a inserção de lojas comerciais e de restauração voltadas para a via pública, relacionando-se diretamente com o Passeio e o miradouro (Figura 47). Em concordância com essa proposta existe um Estudo Urbanístico¹³ e uma proposta de realização de um Plano de Pormenor que pretende *“implementar funções urbanas dinamizadoras do contexto urbano e que se adequem à fixação da população residente”* (CMP, 2018b, p. 5). A proposta partilha assim a intenção da Câmara Municipal do Porto de qualificar os espaços sob o viaduto atribuindo novas funções e permitindo a permeabilidade entre a parte norte e sul, potenciadora de circuitos pedonais e, de um modo mais alargado, dos modos de mobilidade suave.

Como referência para esse planeamento urbano, escolheu-se o Passeio das Virtudes na cidade do Porto. Tal espaço público assemelha-se à ideia proposta para as Fontainhas, uma vez que também ele define, a norte, uma zona de restauração, e a sul abre-se para o Rio Douro como um miradouro (Figura 48). Neste caso, a via pública é, também para carros, entretanto, por experiência empírica nota-se pouco fluxo de automóveis e um largo passeio para a esplanada dos espaços de restauração (Figura 49).

Já o desenho para o miradouro inspirou-se no Jardim do Morro, na cidade de Vila Nova de Gaia, a sul do Porto. Este espaço urbano conta, também, com um miradouro para o Rio

¹³ Estudo Urbanístico para a frente urbana da Rua de General Sousa Dias (Duque de Loulé) PDMP (2021).

Douro e, assim como o Projeto V, encontra uma grande diferença de cotas (Figura 50). O projeto para o Jardim do Morro resolve o declive de forma suave, com pendentes naturais e inserção de pequenos muretes entre os diferentes níveis, usados como bancos (Figura 51). Dessa maneira, projetou-se para o novo miradouro das Fontainhas este mesmo elemento formal, que faz a transição entre as cotas que se desenvolvem, longitudinalmente, e cria, portanto, espaços de convívio e uso público.

Conforme visto nesta secção, o projeto trabalhou as quatro frentes do seu entorno com a finalidade de solucionar alguns dos problemas identificados no Capítulo 2 e, assim, integrar o edifício na sua malha urbana. Destaca-se, nesse processo, a reconstrução do Passeio das Fontainhas, recuperando um percurso urbano tradicional do Porto, e a criação de um espaço público de miradouro, trabalhado sob a topografia e peça fundamental para resgatar o uso social da área. Embora se perceba o caráter mais privado do programa inicial, o Projeto V trabalhou para desenvolver uma construção integrada à cidade e à sua paisagem e, acima de tudo, acessível para a utilização pública, promovendo, essencialmente, a recuperação do caráter original das Fontainhas.

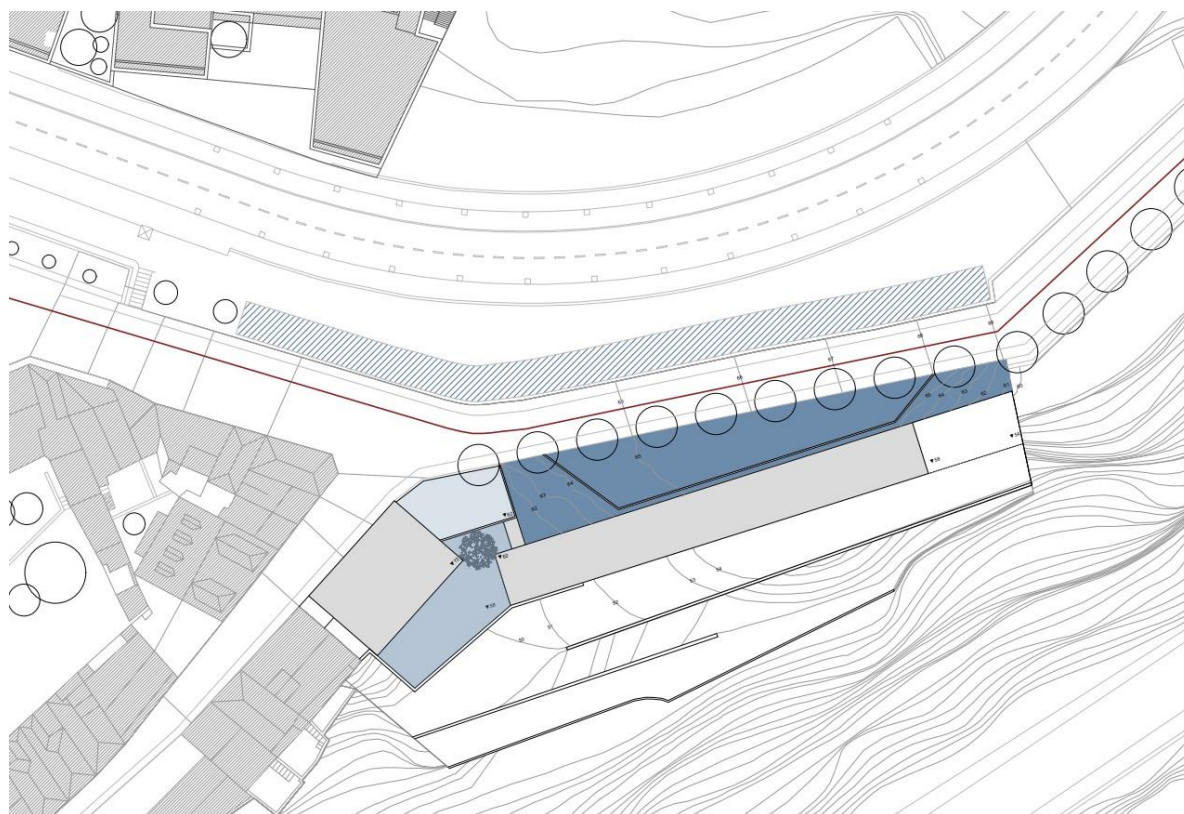


Figura 46. Planta esquemática dos espaços exteriores do Projeto V (Fonte: Autor)

LEGENDA:

- Varanda exterior
- Esplanada privada
- Miradouro
- Comércio/Restauração
- Reconstrução do Passeio das Fontainhas

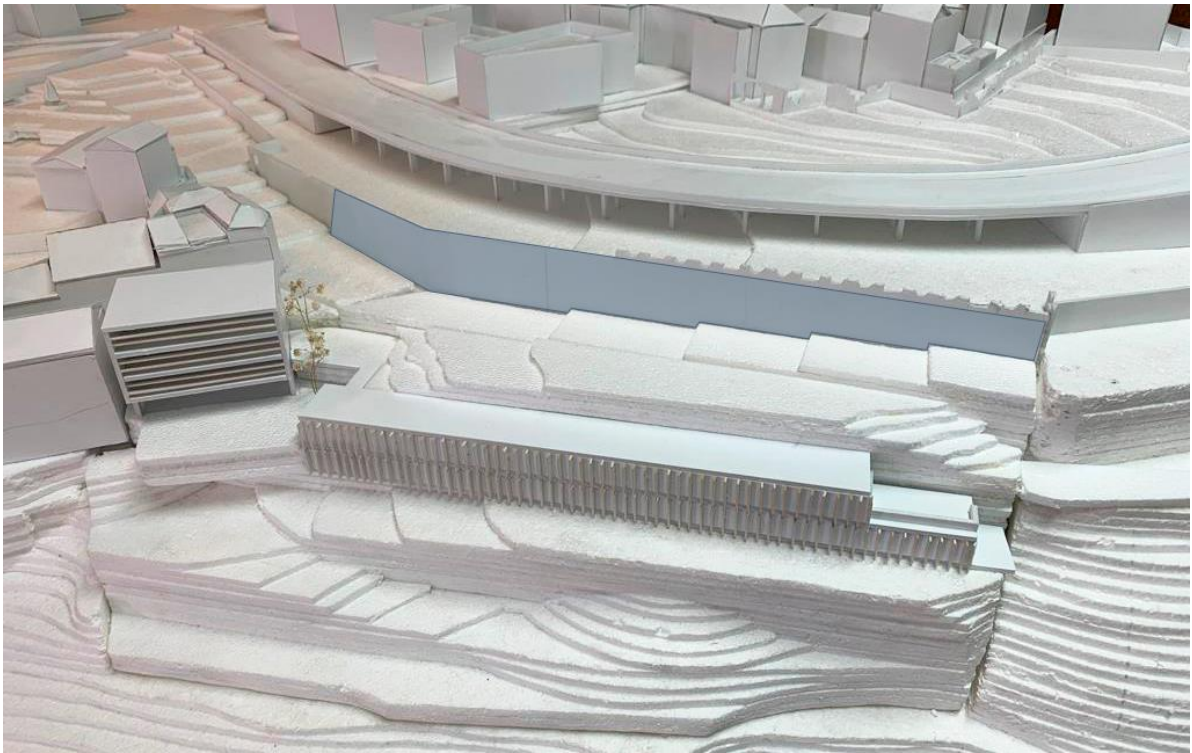


Figura 47. Fotografia da maquete com esquema (Fonte: Autor)

Legenda

 Comércio/Restauração



Figura 48. Fotografia do Miradouro das Virtudes (Fonte: <https://dicasdelisboa.com.br/porto/jardim-das-virtudes-no-porto/>)



Figura 49. Fotografia da Esplanada das Virtudes (Fonte: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/passeio-das-virtudes-em-porto.html>)

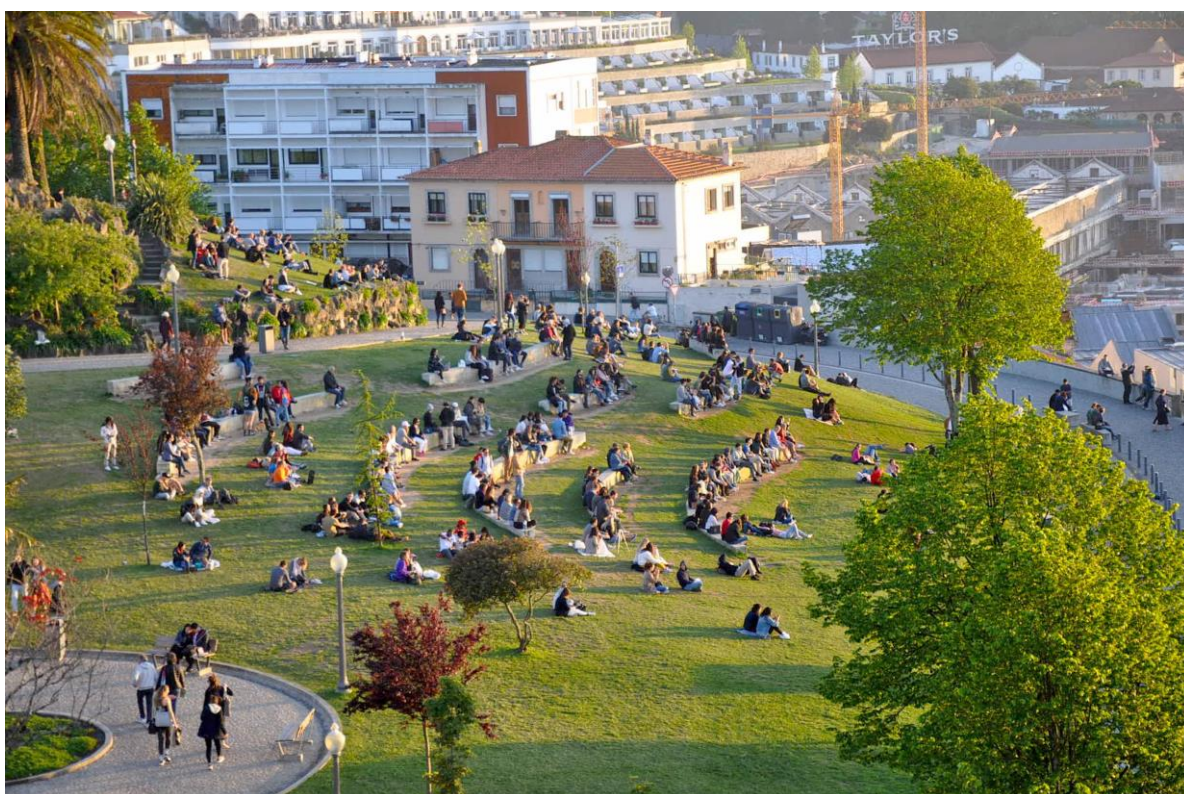


Figura 50. Fotografia do Miradouro do Jardim do Morro (Fonte: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/jardim-do-morro-em-porto.html>)



Figura 51. Fotografia do Miradouro do Jardim do Morro (Fonte: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/jardim-do-morro-em-porto.html>)

4.2. Síntese do Projeto V

Com base na análise do Projeto V, considerou-se fundamental a elaboração de uma síntese da secção anterior em concordância com a análise dos casos de estudo (Secção 3.2). A partir da conclusão de que ambos os projetos analisados obtiveram sucesso como elemento reestruturante da sua área urbana (Secção 3.3), esta secção compara, através dos pontos da grelha de análise, as obras de referência com o Projeto V. Pretende-se perceber as diferentes abordagens, assim como os pontos em comum, com foco no objetivo principal de compreender o potencial de reestruturação urbana do Projeto V.

No que se refere ao *Enquadramento*, tal como no período imediatamente anterior à construção dos dois casos de estudo, a área de intervenção do Projeto V apresenta, atualmente, feridas urbanas que devem ser trabalhadas. Em semelhança aos projetos analisados, a área das Fontainhas tem um importante papel por recuperar na estrutura física da cidade, com foco, sobretudo, no uso social de lazer e convívio. Como visto no Capítulo 2, essa zona do Porto manteve por um longo período um carácter público fundamental para os moradores, e se consagrou como um importante eixo nascente para a cidade. Desse modo, o Projeto V procurou recuperar ambas as características, com o desenho do miradouro e do comércio para potenciar a vivência do espaço urbano, e a reconstrução do Passeio das Fontainhas para dar continuidade ao eixo urbano.

Quanto à *Implantação*, os casos de estudo apresentam propostas distintas, enquanto o Passeio dos Clérigos define um quarteirão, a partir de frente construída, a Estação de Metro da Trindade afasta o edifício da rua para a definição da praça. Já o Projeto V trabalha as duas soluções, consoante a diferença dos dois volumes propostos. Por um lado, o edifício coletivo localiza-se no limite da parcela, consolidando a frente urbana contínua em que se insere, e relacionando-se com a rua e com a volumetria urbana pré-existente; por outro lado, o edifício privado afasta-se da rua para, como na Estação da Trindade, libertar espaço para uso público, neste caso destinado a Miradouro. Embora sejam soluções distintas, as implantações permitem, no entanto, definir novos percursos urbanos para a cidade, como a recuperação do Passeio das Fontainhas e a criação de espaços exteriores.

Do mesmo modo que criam percursos, todos os projetos trabalham as *Cotas* para ligar de modo natural o edifício às ruas envolventes e suavizar a diferença de níveis entre os percursos. Desse modo o desenho do miradouro procurou buscar referências em outros espaços públicos do Porto com uso semelhante, e que se integram corretamente nos diferentes

níveis. O aproveitamento da diferença de cotas fica também evidente no uso da cobertura dos edifícios para criar áreas verdes de uso público, em ambos os casos de estudo. Já no Projeto V, a lógica permanece a mesma. Embora não aproveite a cobertura do próprio edifício, o espaço é aproveitado na sua continuação, posicionando o edifício numa cota mais baixa permitindo a continuidade visual do miradouro.

Relativamente aos *Espaços exteriores*, é perceptível em todos os projetos a vontade de, para além de integrar os edifícios nas suas malhas urbanas, criar espaços públicos para a cidade. Seja a partir da definição de uma rua comercial no primeiro caso de estudo ou da praça pública da Estação da Trindade, com maiores demandas sociais, até à criação de espaços verdes, com carácter mais contemplativo e de descanso, nos dois projetos. Da mesma maneira, o Projeto V foca no desenvolvimento de espaços públicos para a cidade, assemelhando-se à solução de ambos os projetos, através criação de um espaço público que contempla espaço verde de lazer e usos comerciais.

Por fim, é relevante destacar que os projetos se diferenciam quanto ao *Programa*. Enquanto os casos de estudo escolhidos são projetos com carácter público, ou de uso coletivo, com um potencial de atratividade maior, o Projeto V corresponde a um programa privado, condicionando o seu uso. Dessa maneira, o trabalho procurou identificar propostas urbanas que pudessem potenciar o uso público das Fontainhas, de modo a compensar o programa privado do projeto. Assim, considera-se essencial a criação do comércio e o desenho do miradouro para contribuir para a vivência urbana da zona de intervenção.

Capítulo 5

Considerações finais

A partir da análise histórica e morfológica realizada no Capítulo 2, ficou perceptível o desenvolvimento cíclico da área de estudo, com decisões urbanas e momentos históricos positivos e negativos para a cidade. Desse modo, concluiu-se que a situação atual das Fontainhas é de declínio, o que se constata no seu desuso social, potenciado por propostas urbanas desalinhadas com a envolvente que contribuíram para a sua descaracterização. Assim, propôs-se que o Projeto V fosse um elemento contribuidor para a reestruturação dessa zona.

Partindo das questões urbanas mais relevantes retiradas do Capítulo 2, a proposta de Projeto V tentou responder a alguns problemas morfológicos do sítio, e procurou recuperar parte do caráter original das Fontainhas como espaço social com intensa vivência urbana. As soluções projetuais direcionaram para o enquadramento adequado do projeto à envolvente, assim como para a criação de espaços públicos para a cidade.

Por outro lado, a análise dos casos de estudo foi fundamental para fornecer exemplos de projetos que proporcionaram uma transformação urbana definitiva na sua envolvente e uma considerável alteração no seu uso social, com foco na criação de espaços exteriores, atingindo dessa maneira, o seu papel na reestruturação urbana. Com os pontos da grelha de análise, foi possível identificar as soluções arquitetónicas de cada edifício que contribuíram para essa realização, servindo de referência para a proposta de Projeto V.

Dessa maneira, ambas as análises realizadas (Capítulos 2 e 3) foram essenciais para desenvolver o Projeto V, de modo a fornecer a base para a sua inserção adequada à malha urbana. Foram propostas soluções que, por um lado, procuraram dar resposta às questões morfológicas da envolvente, e por outro lado, procuraram potenciar o uso social e a vida urbana do espaço público, de modo a responder às duas componentes da reestruturação urbana abordadas nesta dissertação (Capítulo 1).

Entende-se que o Projeto V se inseriu na envolvente de modo a adequar-se a cada frente urbana distinta que o delimita, e a integrar-se na malha urbana pré-existente, a partir da divisão programática dos edifícios e suas volumetrias. Enquanto o edifício coletivo assume uma clara relação com a cidade, com frente urbana e volumetria similar à das construções envolvente, o edifício privado relaciona-se com a escarpa e seus muros, e afasta-se do passeio para libertar área de utilização pública. Percebe-se, também que a proposta de implantação e o trabalho de cotas foram fundamentais para a criação de percursos e espaços exteriores de uso público, relacionados com o caráter original das Fontainhas, de modo a recuperar elementos de vitalidade urbana.

Considera-se que, embora o Projeto V tenha um programa com caráter mais privado do que os casos de estudo, partilha com estes o esforço em devolver à cidade um espaço urbano histórico e fundamental da cidade do Porto. Desse modo, o afastamento do edifício da frente urbana do Passeio das Fontainhas permitiu, por um lado, assumir o seu caráter privado relacionando-o com a escarpa e voltado para o Rio Douro e, por outro lado, libertar espaço exterior para o miradouro público desenhado em continuidade ao recuperado Passeio das Fontainhas.

O desenho do miradouro proposto apoia-se ainda em referências locais e no reconhecimento dos espaços de miradouro como elementos fundamentais para a identidade do Porto. Para potencializar o uso social do novo miradouro e o papel de lazer das Fontainhas, o Projeto V propôs a inserção de comércio adjacente ao Passeio das Fontainhas.

Dessa maneira, conclui-se que o Projeto V poderia ter um potencial de reestruturação urbana, com foco sobretudo na inserção adequada na malha urbana pré-existente e na criação de espaços exteriores de uso público, devolvendo à cidade locais característicos e fundamentais da estrutura urbana do Porto. Reconhece-se, no entanto, o impacto limitado que um único edifício pode ter na cidade. Considera-se que a cidade deve ser pensada de um modo integrado, olhando para toda a estrutura física urbana e juntando as várias dimensões que contribuem para o processo de transformação, social, económica, ambiental e política.

Conclui-se ainda que, a compreensão das características físicas e da identidade do lugar a interencionar, e o entendimento do seu processo de desenvolvimento e transformação, constitui uma ferramenta fundamental para a definição de soluções adequadas e para a integração dos edifícios na cidade.

Referências bibliográficas

- Alves, J. J. (1988). *O Porto na Época dos Almadás - Arquitectura. Obras Públicas Volume I*. Porto: FLUP.
- Castro, A. C. (2023, 21 de Abril). *Muçulmanos juntaram-se na Trindade para assinalar o fim do Ramadão*. Fonte: JN: <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/muculmanos-juntam-se-na-trindade-para-assinalar-o-fim-do-ramadao-16218241.html>
- CMP. (2018a). *Ocupação do Solo. Relatório de Caracterização e Diagnóstico*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CMP. (2018b). *Plano de Pormenor da Rua General de Sousa Dias (Duque de Loulé). Termos de referência*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CMP. (s.d.). *Mercado do Anjo. 1839-1948*. Fonte: Arquivo Municipal do Porto consultado a 18/05/2023: <https://gisaweb.cm-porto.pt/creators/43466/>
- Conzen, M.R.G. (2022 [1996]). *Alnwick Northumberland: análise do plano de cidade*. Porto: Urban Forms (traduzido por Oliveira, V. e Monteiro, C.).
- Cunha, M. P. (2001). *A ponte a avenida: Contradições urbanísticas no centro histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal.
- Ferreira, M. J. (2018). *A urbanização das Fontainhas séculos XVIII - XIX, Dissertação não publicada*. Porto: FLUP.
- Hemsworth, L. (27 de Fevereiro de 2023). *“Não temos grandes condições”. Feirantes da Vandoma, no Porto, descontentes com espaço atual*. Fonte: Porto Canal: <https://portocanal.sapo.pt/noticia/321914>
- Jornal de Notícias. (2012, 16 de Janeiro). *Renovada Praça de Lisboa é inaugurada em Junho*. Fonte: JN: <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/renovada-praca-de-lisboa-e-inaugurada-em-junho-2243698.html>
- Júnior, J. A. (2016). *Entre o plano e o declive, Dissertação do Curso de Estudos Avançados em Projecto de Arquitectura / EAPA não publicada*. Porto: FAUP.
- LNEC. (2011). *Relatório 392/2011 NGEA Caracterização das condições de estabilidade da escarpa da margem direita do Rio Douro, na cidade do Porto, entre as Pontes Luiz I e Maria Pia*.
- Luz, C. S., & Coutinho, J. P. (01 de Maio de 2006). *Clérigos Shopping está deserto*. Fonte: JN: <https://www.jn.pt/arquivo/2006/clerigos-shopping-esta-deserto-548259.html>
- Moura, N. G., & Dal Co, F. (2019). *Souto de Moura – Memória, Projectos, Obras*. Porto: Associação Casa da Arquitectura.
- Oliveira, V. (2016). *Urban Morphology. An Introduction to the Study of the Physical Form of Cities*. Cham: Springer.
- Pacheco, A. L. (2019). *A Escarpa dos Guindais e das Fontainhas, apontamento sobre desenho, projeto e transformação da cidade, Dissertação não publicada*. Porto: FAUP.

- PDMP. (2021). *Plano Diretor Municipal. Estudos Urbanísticos*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Ralha, S. S., Lemos, P. A., & Abranches, P. B. (2014). A muralha, as pontes, o elevador e a condução de águas: um retrato da escarpa dos Guindais no Porto oitocentista. *Oppidum ano 8, n. 7*, pp. 79-65.
- Roberts, P., & Sykes, H. (2000). *Urban Regeneration: A Handbook*. Londres: SAGE Publications Ltd.
- Rosa, S., Chitas, P., Rodrigues, V., & Pereira, H. (2015). *Estabilização da Escarpa da Margem Direita do Rio Douro, entre as Pontes Luiz I e Maria Pia, à Cota Baixa dos Sectores 3 e 5. Estudo Prévio. Projeto de Execução*.
- Serra, R. B. (2016). *Um entendimento sobre o espaço vazio no contexto urbano. As Fontainhas como laboratório urbano, Dissertação não publicada*. Porto: FAUP.
- Sousa, F. S. (2013). *As imagens do espaço público urbano. Uma abordagem ao impacto do Metro do Porto na imagem da cidade consolidada, Dissertação não publicada*. Porto: FAUP.
- Vieira, F. M. (2009). *Arquitectura andante : as arquitecturas do metro do Porto, Dissertação não publicada*. Porto: FAUP.
- Whitehand, J.W.R. (2013 [2001]). Morfologia urbana Britânica: a tradição Conzeniana. *Revista de Morfologia Urbana v.1 (traduzido por Oliveira, V. e Pinho,P.)*, pp. 45-52.

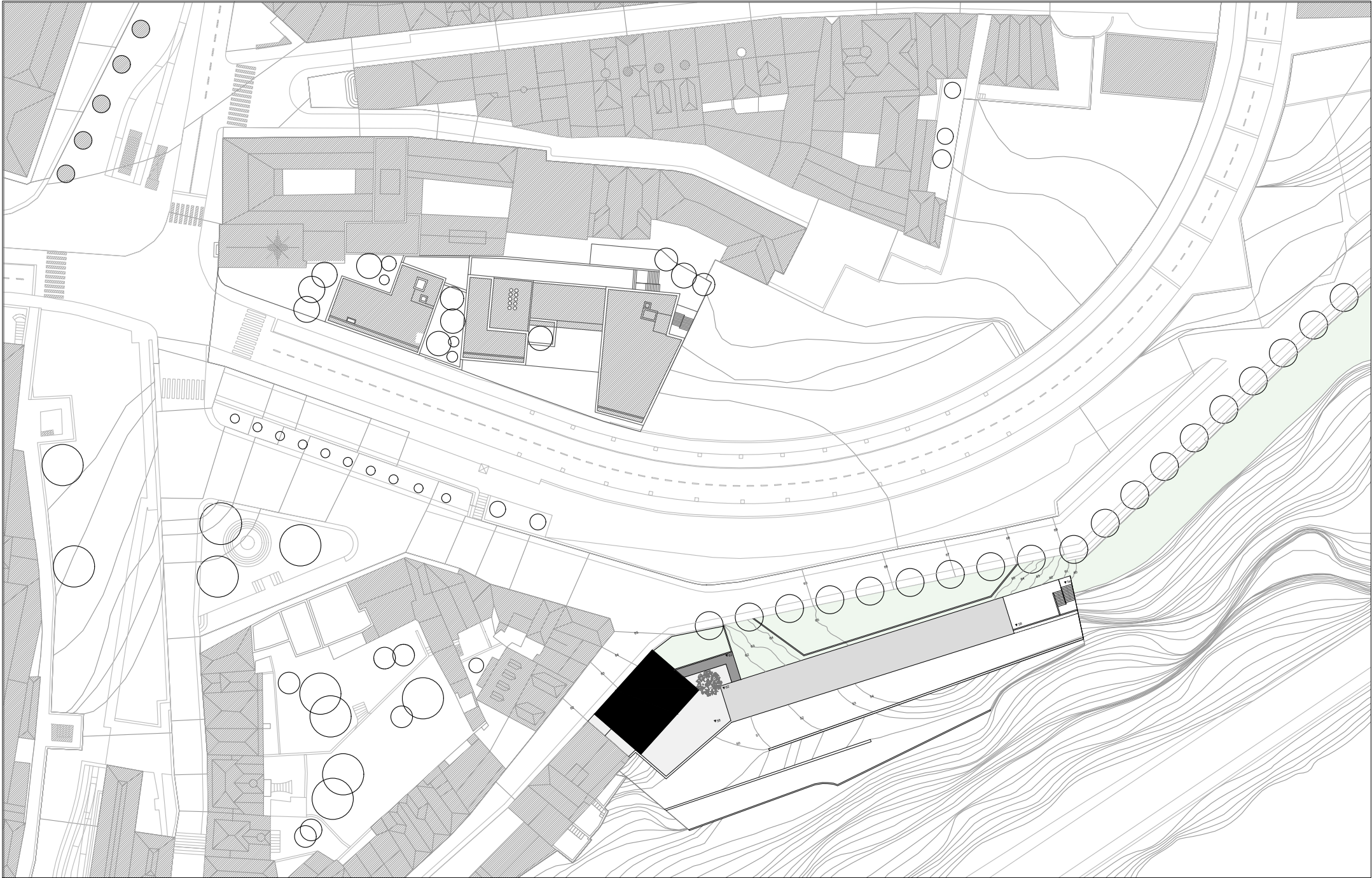
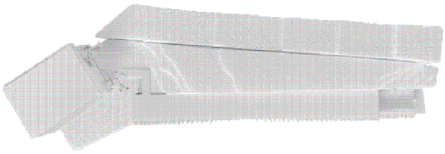
Anexos

A implantação surge da criação de dois blocos principais e um elemento de transição. A divisão programática baseou-se, essencialmente, no carácter público ou privado dos espaços propostos. Dessa forma, determinou-se que o edifício a ponte teria um carácter mais público, com o átrio e entrada, áreas administrativas e espaços de uso coletivo, enquanto o edifício a nascente agregaria os espaços mais privados do programa, referentes aos núcleos dos quartos e suas respectivas salas de apoio. Os dois edifícios principais comunicam através de um volume de transição, posicionado na articulação dos dois blocos.

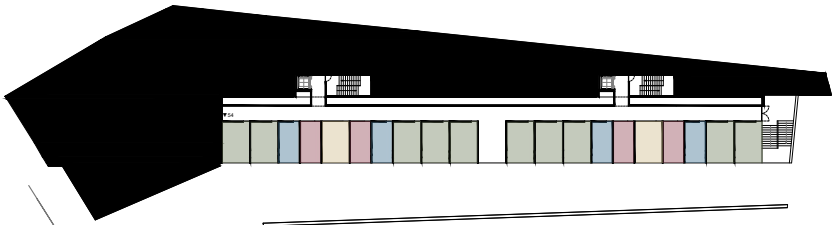
O primeiro edifício, a ponte, consiste em um elemento vertical, que se relaciona com a envolvente da Rua do Miradouro e do Largo Actor Dias. Sua orientação segue o alinhamento do largo e cria um ponto de entrada na cota da rua (64), além de se encontrar afastado da parcela a sudoeste, criando uma entrada de serviço (cota 62). O segundo edifício, a nascente, desenvolve-se como um elemento horizontal, que acompanha o terreno e integra-se na escarpa e em seus muros existentes. Esse volume encontra-se afastado do limite nascente do terreno, criando um pátio e uma escada de ligação entre as cotas de implantação e suavizando o contato com a escarpa.

Cria-se, acima da cobertura do segundo edifício, um espaço público com intuito de recuperar o Passeio das Fontainhas e definir um miradouro. O terreno é trabalhado para ter acesso direto da rua (cotas 65 e 66).

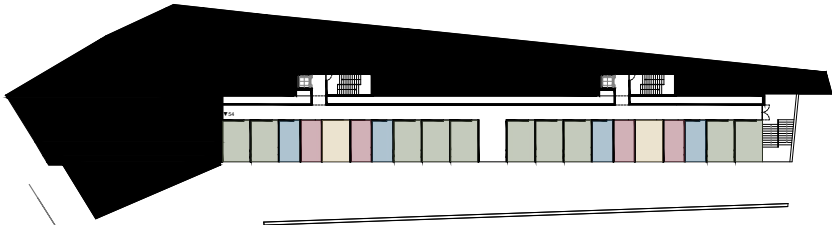
- LEGENDA:
- Edifício de entrada/administração
 - Edifício de transição
 - Edifício de quartos



Planta de Implantação



Planta esquemática - Piso 0



Planta esquemática - Piso -1

A distribuição interior do edifício dos quartos consiste em dois módulos divididos por uma zona de iluminação central. Devido ao comprimento do edifício e da impossibilidade de iluminação a norte, criou-se esse espaço que, além de iluminar o corredor, funciona como um elemento de convívio e demarca os dois módulos. Em cada módulo tem-se quartos duplos e simples, intercalados com núcleos de apoio para eles, nomeadamente salas de trabalho, salas de refeição e circulação vertical.

O piso 0 possui uma clara relação topográfica com o edifício mais público, delimitando uma varanda exterior que se abre para sul. Já o piso -1, implantado na cota 54, tem uma relação evidente com o muro, posto que o edifício encontra-se como uma continuação desse. Os núcleos nesse piso abrem-se para uma varanda exterior na mesma cota, com uma privacidade demarcada pelo próprio terreno.

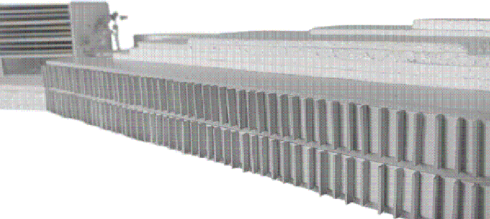
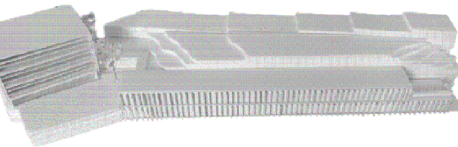
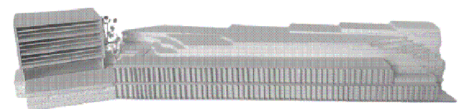
Áreas:
Piso 0 - 680 m²
Piso -1 - 800 m²

- LEGENDA:
- Quarto duplo
 - Quarto simples
 - Sala de trabalho
 - Sala de refeição



O primeiro edifício, a ponte, abriga o programa público e consiste em um elemento desenvolvido verticalmente, em continuidade aos edifícios habitacionais pré-existentis, relacionando-se com a envolvente da Rua do Miradouro e do Largo Actor Dias. Sua implantação segue o alinhamento da Rua do Miradouro e do Largo e cria a entrada principal para o edifício no encontro com o Passeio das Fontainhas, à cota da rua (64) e privilegiando a relação com ela.

Esse volume pretende integrar o novo edifício à essa malha urbana consolidada, seguindo a frente urbana e aproximando-se, volumetricamente, das construções existentes. Optou-se por criar um pequeno afastamento do limite da parcela a sudoeste, criando uma entrada de serviço na cota 62, de modo a separar fisicamente o novo edifício dos edifícios existentes. Esse edifício organiza seus programas em diferentes níveis, cada um dos pisos tem função definida, permitindo a volumetria mais vertical assumida por ele.



LEGENDA

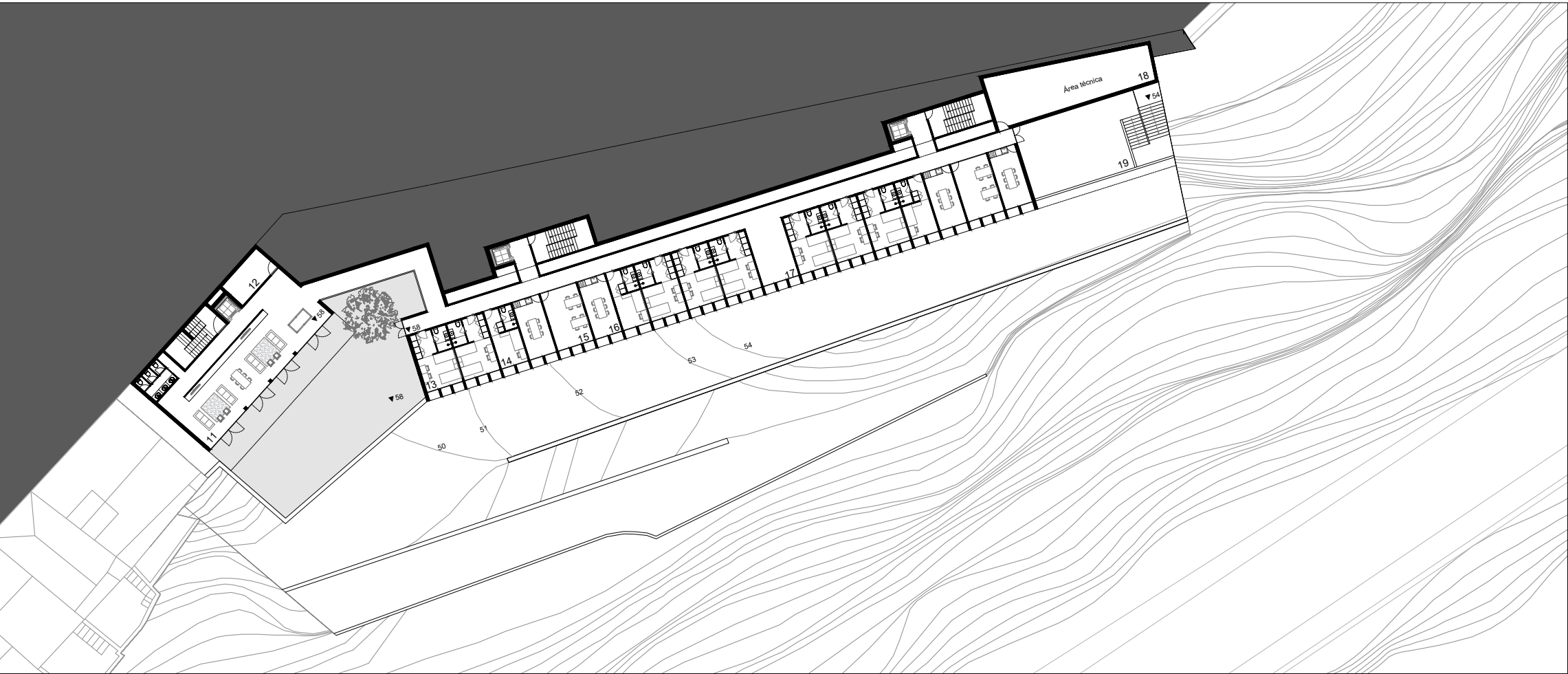
- | | |
|----------------------------|-------------------------|
| 1. Entrada | 11. Sala de convívio |
| 2. Átrio | 12. Lavandaria |
| 3. Sala de espera | 13. Quarto duplo |
| 4. Sala de reunião | 14. Quarto simples |
| 5. Gabinete administrativo | 15. Sala de refeição |
| 6. Gabinete médico | 16. Sala de trabalho |
| 7. Despensa | 17. Átrio de iluminação |
| 8. Cozinha | 18. Área técnica |
| 9. Bufete | 19. Pátio exterior |
| 10. Esplanada | |

Planta Piso 2 - cota 65

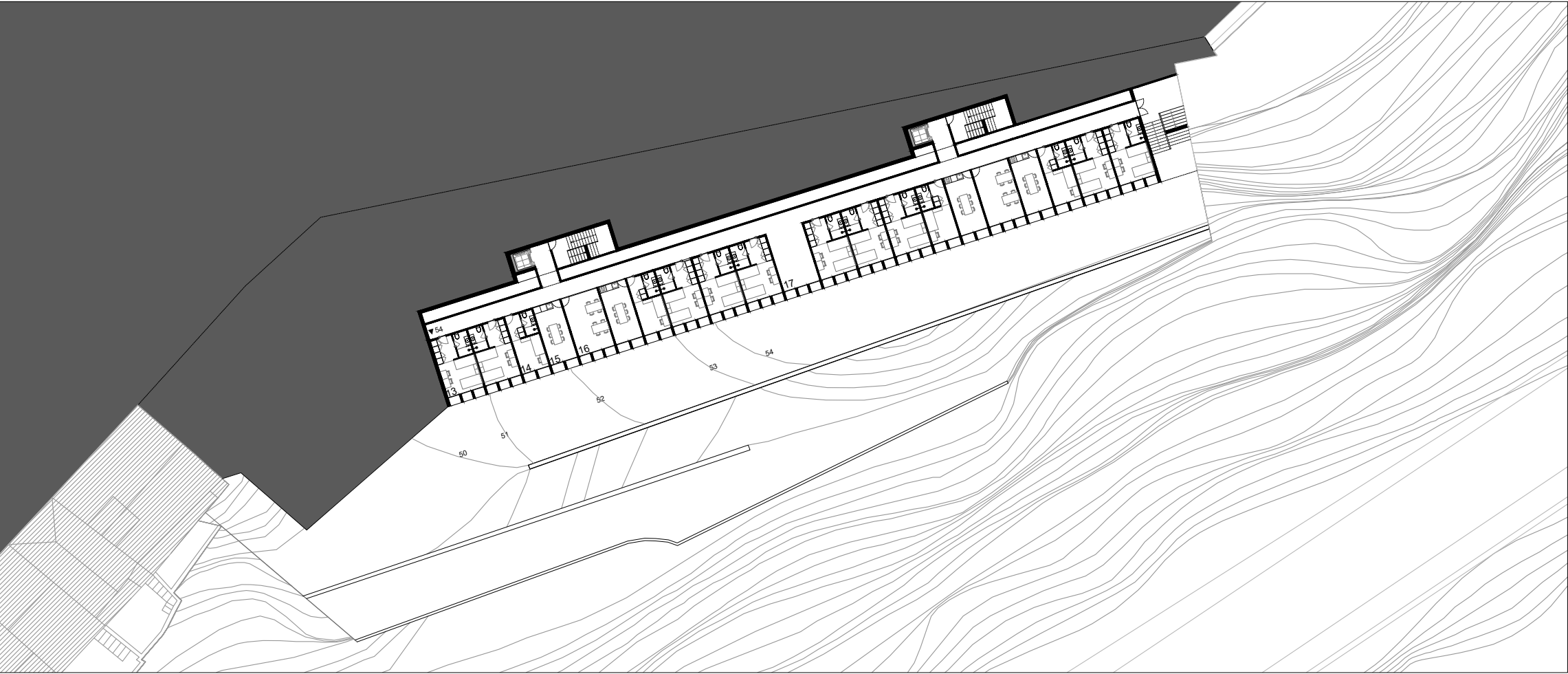
Planta Piso 1 - cota 62

O segundo edifício, a nascente, desenvolve-se como um elemento horizontal, que acompanha o terreno e integra-se na escarpa. Sua volumetria, de um único volume mais comprido inserido na continuidade dos muros existentes, aproxima-se à implantação das ilhas a leste. Os muros de suporte sempre estiveram presentes e marcaram a leitura geral da escarpa, tidos como elementos essenciais para conter o declive de terra. Dessa forma, o projeto tencionou manter esse caráter fundamental do terreno, de forma a inserir o edifício como elemento de continuação dos muros pré-existentis.

Esse edifício recebe a área mais privada do projeto, equivalente a um programa de repetição de módulos de quartos e salas. Em cada um dos dois pisos, a distribuição interior desse edifício divide-se em dois conjuntos de módulos, separados por uma zona de iluminação central. Devido ao comprimento do edifício e à impossibilidade de iluminação a norte, criou-se esse espaço que, além de iluminar o corredor, funciona como um elemento de convívio e demarca as duas alas de quartos. Em cada ala existem quartos duplos e simples, intercalados com núcleos de apoio, nomeadamente salas de trabalho e salas de refeição.



Planta Piso 0 - cota 58



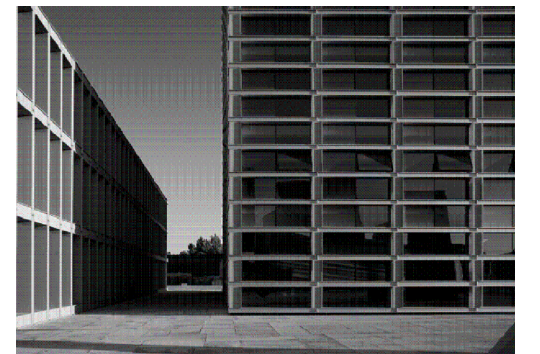
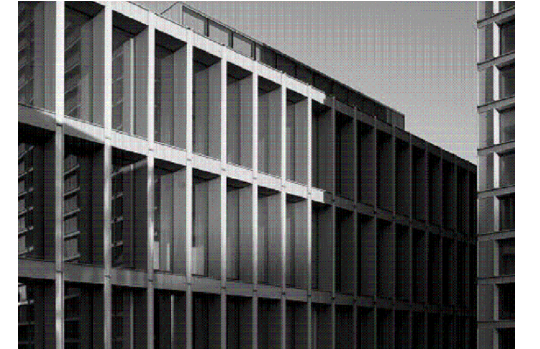
Planta Piso -1 - cota 54

LEGENDA

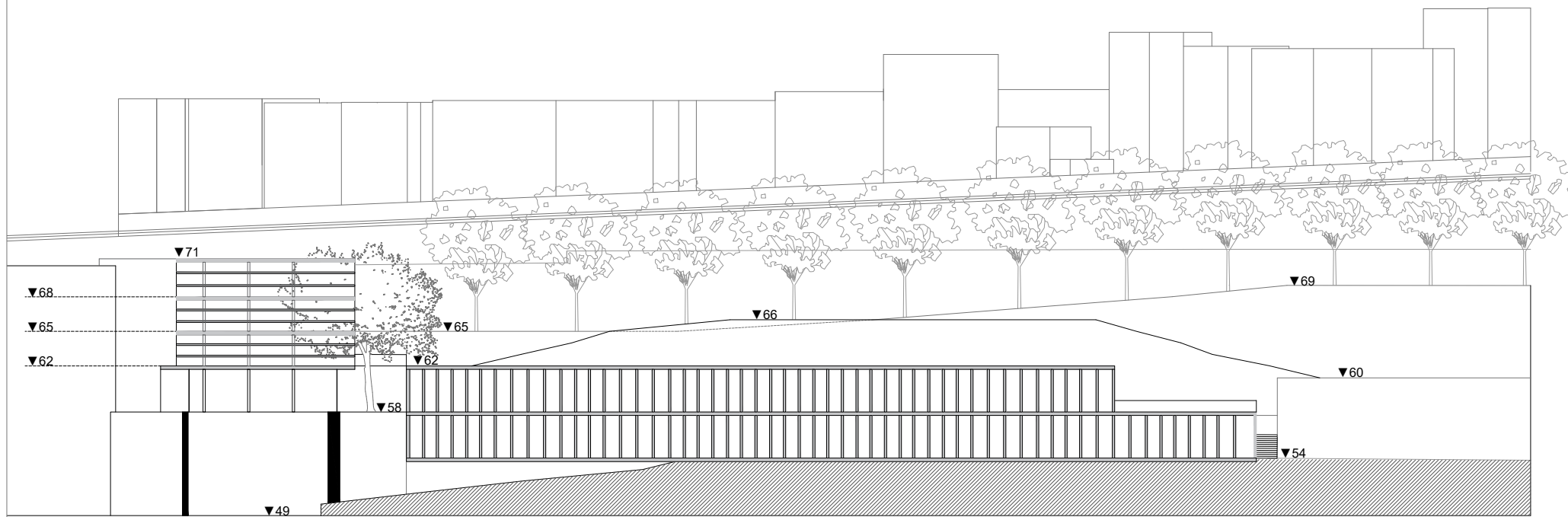
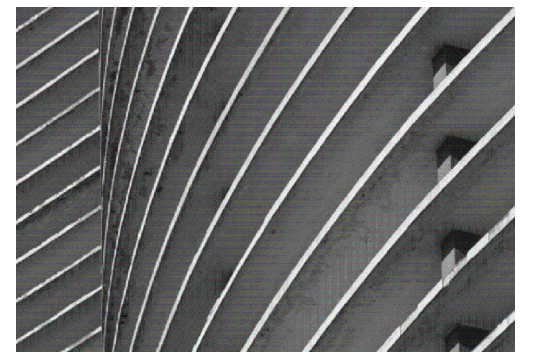
- | | |
|----------------------------|-------------------------|
| 1. Entrada | 11. Sala de convívio |
| 2. Átrio | 12. Lavandaria |
| 3. Sala de espera | 13. Quarto duplo |
| 4. Sala de reunião | 14. Quarto simples |
| 5. Gabinete administrativo | 15. Sala de refeição |
| 6. Gabinete médico | 16. Sala de trabalho |
| 7. Despensa | 17. Átrio de iluminação |
| 8. Cozinha | 18. Área técnica |
| 9. Bufete | 19. Pátio exterior |
| 10. Esplanada | |

Projetos de referência para o alçado

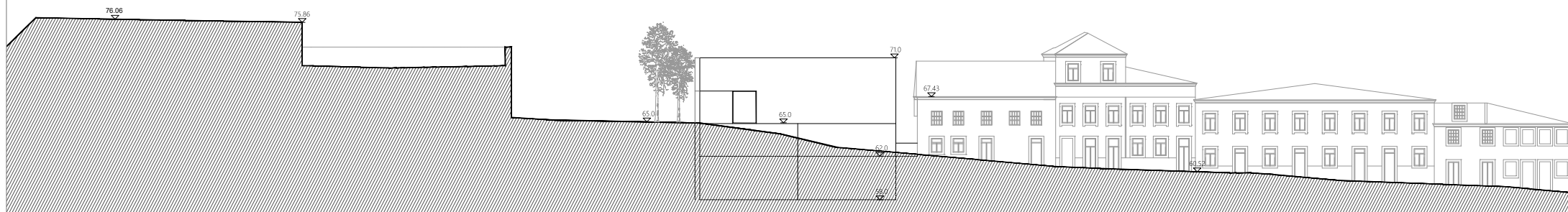
Torre Burgo - Porto, arquiteto Eduardo Souto de Moura; conjunto de um volume horizontal e outro vertical com solução similar de fachada



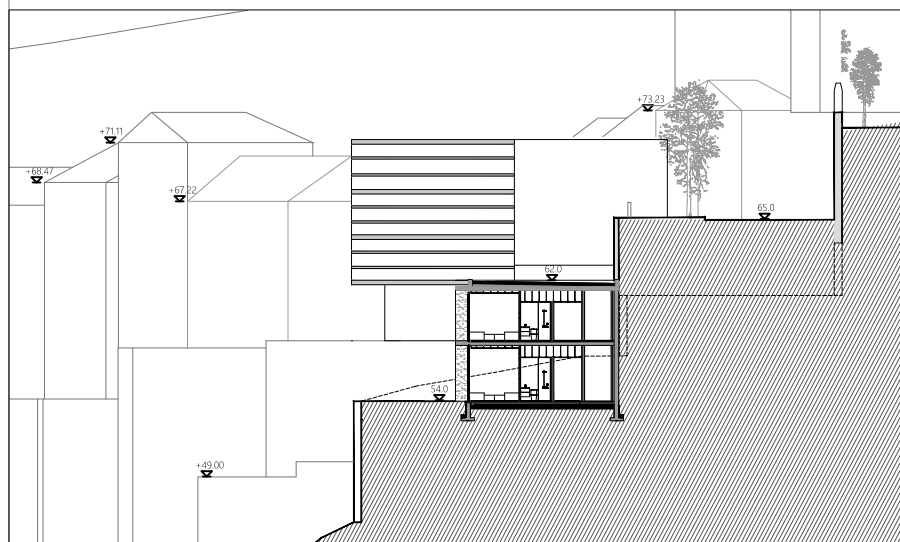
Edifício Copan - São Paulo, arquiteto Oscar Niemeyer; brise soleil horizontal



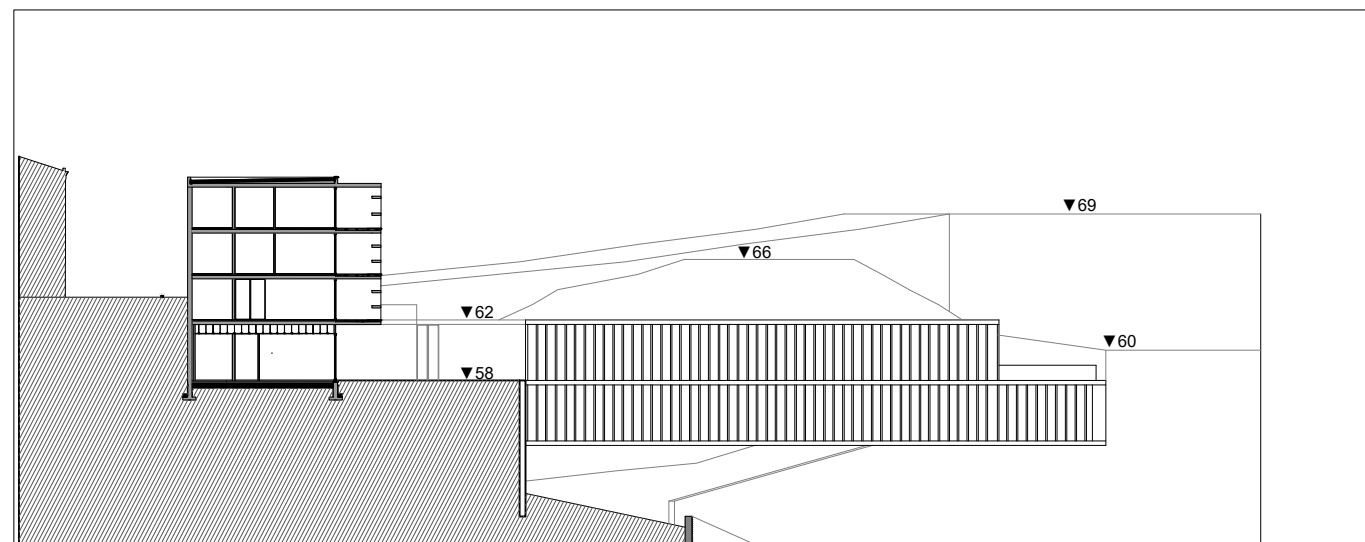
Perfil Sul



Perfil Poente - Rua do Miradouro



Corte A



Corte B